

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

ATA Nº 027

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Declaro aberta a presente Audiência Pública, com a finalidade de discutir o Programa BID Pantanal.

Convido para compor a Mesa: Deputado Waldir Neves, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul; Deputado Sérgio Ricardo, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso; Deputada Federal Celcita Pinheiro, de Mato Grosso; ex-Governador Dante Martins de Oliveira; Secretário Especial de Meio Ambiente, Moacir Pires de Miranda; Prefeito de Barão de Melgaço, Ibson Leite; Lioniê (Nico) Vitorio, Vice-Prefeito de Santo Antônio do Leverger; Hugo José Scheuer Werle, Gerente Executivo do IBAMA; Alcides Faria, da ONG de Mato Grosso do Sul Ecologia e Ação.

Gostaria de agradecer a presença do Sr. Gastão de Matos, Secretário de Administração do Município de Rondonópolis, neste ato representando o Sr. Adilton Sachetti, Prefeito de Rondonópolis.

Queremos fazer um agradecimento especial ao Prefeito Adilton Sachetti, quando da realização da Audiência Pública com os produtores na AGRISHOW. Ele esteve presente e deu uma contribuição muito grande para a Audiência e, gostaria que o nosso colega Gastão de Matos transmitisse os nossos agradecimentos ao Prefeito. Posteriormente, vamos convidá-lo para uma palestra aqui na Casa.

Queremos agradecer o Sr. Gerson Messias, neste ato representando o Sr. Murilo Domingos, Prefeito de Várzea Grande; a Srª Kátia Nunes da Cunha, neste ato representando o Sr. Paulo Speller, Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso; o Sr. Francisco de Arruda Machado, representante do Instituto Biociência da Universidade Federal de Mato Grosso; a Srª Ana Luíza de Almeida Neto, Chefe do setor de Acompanhamento e Convênio do Ministério da Agricultura; Srª Fernanda Délia da Silva Campos, Secretária da Associação Brasileira de Viagens; Sr. Cecílio Pinheiro, Coordenador de Planejamento de Pesquisa de Recursos Hídricos da FEMA; Sr. Almir Arantes, Vice-Reitor da UNEMAT; Srª Gabriela Rocha Priante, técnica da FEMA, Diretoria de Recursos Hídricos; Sr. João Antônio Pinto, Presidente da Sociedade Ambientalista em Defesa do Pantanal; Sr. Everton de Oliveira Carvalho; Srª Begair Filipaldi, Coordenadora do Programa Microbacia do Programa Pantanal; Srª Marizete Caovilla, Assessora Parlamentar da Presidência, neste ato representando o Deputado Silval Barbosa, que hoje não está presente porque acompanha o ex-Governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho, que está em Mato Grosso.

Queremos agradecer o Presidente da ADECO, nosso colega de faculdade, Pardal; Sr. Renancildo França, neste ato representando o Deputado Federal Pedro Henry; Sr. Gustavo Miguel Ninomiya, neste ato representando a Senadora Serys; Srª Verônica Maria da Silva, Presidente da Associação Cultural das Mulheres Comunitárias de Mato Grosso; Sr. Alcides Farias, Diretor Executivo da ONG Ecologia e Ação; Sr. Heitor, de Mato Grosso do Sul, Diretor Executivo; Srª Vanilde A. de Carvalho, Assessora de Turismo, AMPTUR/AMM; Sr. Pierre Girard, Professor da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Universidade Federal; Sr^a Terezinha Paes de Barros, do Programa Pantanal; Sr. Múcio Teixeira, Assessor de Projeto do Programa Pantanal; Sr. Flávio Gatti, Consultor Técnico do Programa Pantanal IBAMA; Sr. José Inácio Ribeiro Neto, Coordenador do Programa Pantanal, Assessor de Programa da FEMA; Sr. Edio de Almeida Carvalho, Consultor; Dr. Everton de Almeida Carvalho, Engenheiro Civil, Físico Nuclear, ABIDES - Associação Brasileira de Interação e Desenvolvimento, inclusive, já foi convidado para dar uma contribuição para esta Casa.

Nós agradecemos a presença das demais autoridades, pessoas que estão aqui conosco atendendo este pleito de discutirmos essa questão do Programa Pantanal.

Queremos agradecer a presença do Promotor de Meio Ambiente, Dr. Domingos Sávio, que acaba de chegar à Casa.

Notícias publicadas esta semana nos principais jornais de Mato Grosso do Sul, Deputado Waldir Neves, anunciaram que no próximo dia 05 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciará o cancelamento do Programa Pantanal.

Nós não podemos ficar omissos enquanto classe política. Parabenizo o trabalho de Vossa Excelência lá no vizinho Estado. Não podemos ficar omissos e a sociedade mato-grossense e a sul-mato-grossense precisam se mobilizar não só para evitar esse trágico final como para rediscutir as ações desse Programa. As propostas preliminares do Programa Pantanal foram entregues ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em abril de 1995, pelos Governadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os documentos apresentados, embora elaborados separadamente, de acordo com a realidade de cada Estado, apresentavam as linhas gerais de interesses muitos semelhantes.

Em junho do mesmo ano, devido a similaridades das propostas, o BID emitiu o primeiro documento oficial sobre o programa, denominando inicialmente Proteção e Aproveitamento do Pantanal, no qual está definido o objetivo das ações a serem adotadas: fomentar o desenvolvimento sustentável do Pantanal e da área peripantaneira na Bacia do Rio Paraguai, de modo a assegurar conservação dos ecossistemas e aumentar a qualidade de vida das populações locais em ambos os Estados.

De junho de 1996 a junho de 1998, foram realizadas oito reuniões com a participação da sociedade civil representando os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Governo Federal.

Foi em 1997 que as proposições dos Estados passaram a chamar Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal - Programa Pantanal.

O Presidente do BID, Enrique Iglesias, afirmou, em 1999, que o Programa Pantanal era o mais importante do Banco na América Latina. Nesse mesmo ano, o Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou durante uma visita ao Pantanal que o Programa passaria a ser de responsabilidade do Governo Federal.

Ainda em 1999, o BID ampliou os objetivos do Programa e destacou em documento oficial que o Programa Pantanal deve promover o desenvolvimento sustentável na Bacia do Alto Paraguai, conservando os recursos naturais da região, promovendo um aumento dos benefícios sociais da produtividade econômica e evitando os desastres naturais.

Para cumprir essa missão, o Programa Pantanal foi dividido em quatro componentes: manejo de bacias hidrográficas, ambiente urbano, promoção de atividades econômicas sustentáveis e unidade de conservação.

Em junho de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou decreto que deu início à implementação do Programa Pantanal. Passados dez anos da entrega das propostas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

preliminares e cinco anos da assinatura do decreto que deu início à implementação do Programa, o que temos de concreto? Essa é a pergunta.

Nesta Audiência Pública pretendemos responder a essa indagação ouvindo aqui a comunidade científica e as autoridades presentes.

Outro ponto que nós queremos ressaltar é com relação às ações do Programa. Não podemos pensar no Programa Pantanal sem a realização de obras de saneamentos nos Municípios de Cuiabá e de Várzea Grande. Qualquer outra ação sem envolver essa questão perde sentido o Programa, entendemos nós.

Se há obstáculos para que sejam destinados recursos financeiros do Programa para essa ação, precisamos discutir e tentar solucionar esses entraves.

Eu quero desejar a todos uma boa Audiência Pública.

Nós vamos conceder a palavra, em primeiro lugar, ao Secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Sr. Moacir Pires de Miranda, que poderá falar da mesa ou da tribuna.

O SR. MOACIR PIRES - Bom-dia a todos e a todas que se fazem presentes!

Eu cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Humberto Bosaipo, requerente desta Audiência Pública para discussão do Programa Pantanal.

Em seu nome, também, eu cumprimento os demais Deputados do Mato Grosso do Sul; a Deputada Federal Celcita Pinheiro; o ex-Governador Dante de Oliveira; imprensa, Prefeitos e os Técnicos da Fundação Estadual do Meio Ambiente, os quais cumprimento em nome do Sr. José Inácio, Coordenador do Programa Pantanal.

O Deputado Humberto Bosaipo já fez uma pequena explanação de qual é a tendência e o objetivo desse grande programa. Pelos noticiários da imprensa, que vem sendo noticiado há vários dias a respeito do programa, principalmente na questão do Governador Blairo Maggi, de que deveria dar mais atenção a esse programa, temos a dizer a todos que se fazem presentes que no dia 28 de dezembro de 2002 o Governador ainda não tinha assumido o Governo do Estado, havia apenas vencido as eleições e nessa mesma data já começávamos a trabalhar no programa Pantanal, onde estivemos no Rio de Janeiro com o Sr. Enrique Iglesias para discutir o rumo do Programa Pantanal, para tomarmos conhecimento e saber quais seriam as prioridades desse programa. Fizemos, então, o compromisso de fazer uma revisão no Programa, pois quando o Governador me convidou para ser o Secretário Especial de Meio Ambiente, quando fizemos algumas reuniões dentro de algumas coordenadorias que existem naquele órgão, achamos que o programa está voltado mais para a parte de consultorias e poucas obras.

Entendemos e passamos ao Governador de que havia a necessidade de fazer uma revisão, pois todos nós entendemos que o Pantanal sofre muito com o esgoto *in natura* que é lançado diariamente no rio Cuiabá, pelas cidades de Várzea Grande, Cuiabá e Rondonópolis e entendemos fazer essa revisão. Contratamos uma nova equipe, um novo coordenador do Programa.

Quando assumimos o Governo, Deputado Humberto Bosaipo, ficamos sabendo que o Programa deixou de ser prioridade no Ministério do Meio Ambiente e foi rebaixado e deixou de ser então prioridade.

Fizemos, então, três visitas ao Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, de seus assessores e de nossos técnicos. Então, não foi falha de ambos os Governos, tanto do Mato Grosso do Sul como do nosso Estado.

Incansavelmente, tentamos fazer com que a Ministra enxergasse esse programa como um grande programa, como disse Vossa Excelência, que o Presidente do Banco, Enrique Iglesias, assim o diz.

Tanto é verdade que fizemos uma reunião com a Bancada Federal e a Deputada Celcita Pinheiro, que aqui se faz presente, participou também, junto com os Senadores, colocamos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

em emendas federais na ordem de 50 milhões, e assim mesmo foi contingenciado pelo Governo Federal. Foi contratado um consultor para o programa, chamado Valmir Ortega, que sempre esteve presente em nosso Estado em todas as reuniões fazendo com que nós pudéssemos acreditar no programa, que o programa seria viável. E assim mesmo, Deputado, no ano passado, recebemos um milhão de reais somente para o que está sendo gasto para este ano, somente sendo tocado em obras, onde visamos fazer um trabalho, ao invés de consultoria, para que a população pudesse enxergar que o Governo do Estado está voltado a fazer um trabalho aonde vamos realmente salvar o nosso Pantanal.

Nós que assistimos diariamente o Deputado Sérgio Ricardo em seu programa mostrando o esgoto *in natura* que é jogado, lançado no rio Cuiabá, reconhecemos que há necessidade desse programa ser voltado para um programa de tratamento de esgoto nessas principais cidades.

Não obtendo sucesso por parte do Governo Federal e, pela última vez, em visita com a Ministra, juntamente com o Governador Zeca, o Governador chegou a falar para a Ministra que estava cansado de mentir para a sua população, porque ele tinha vencido uma eleição vendendo o Programa Pantanal como um grande programa. E que seria a última vez que ele visitaria aquele Ministério para tratar desse assunto.

E o Governador Blairo Maggi, já sabendo que o Governo Federal não tinha recurso para dar a contrapartida, assim ele fez para salvar o Programa Pantanal: propôs o Governo do Estado bancar toda a contrapartida do Governo Federal. Além de estarmos bancando a nossa contrapartida, na ordem de 10%, bancamos a contrapartida do Governo Federal também na ordem 12%. Isso já está sendo realizado com várias obras na Transpantaneira, aqui no começo do Pantanal, em Barão de Melgaço e em Chapada dos Guimarães.

Então, quero aqui dizer a todos que se fazem presentes nesta Audiência Pública que não medimos esforços por parte do Governo, por parte dos nossos técnicos. O programa foi remodelado, foi revisado. Foram diminuídos os valores; foram aproveitadas várias consultorias que existem de pesquisa da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso pelos próprios técnicos da FEMA e por algumas ONGs, para aproveitamento e ser gasto, realmente, em obras que visem minimizar o problema sofrido pelo Pantanal.

E estão aqui os nossos técnicos para fazer uma explanação mais técnica a todos aqueles que queiram fazer as suas perguntas. São essas as nossas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Queremos convidar o Sr. Domingos Sávio, Promotor de Meio Ambiente, para compor a Mesa.

Queremos anunciar a presença do Deputado Clóvis Roberto, do Deputado Carlão Nascimento e do Deputado Ságuas.

Queremos agradecer a presença do Sr. José Aguiar Portela, Secretário de Meio Ambiente e Agricultura de Várzea Grande; e do Sr. Rubem Mauro de Moura, Chefe do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso. O Dr. Rubem Mauro tem dado uma contribuição muito grande nas audiências públicas aqui na Assembléia Legislativa. Nós queremos agradecê-lo, bem como a Universidade Federal.

Com a palavra, o Sr. José Inácio Ribeiro Neto.

O SR. JOSÉ INÁCIO RIBEIRO NETO - Bom-dia a todos!

Cumprimento a todos no recinto, em nome do Deputado Humberto Bosaipo.

Eu vou fazer uma breve explanação do que está acontecendo atualmente no Programa Pantanal. (O ORADOR FAZ USO DE DATA-SHOW.)

Os objetivos gerais do Estado são:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

- promover o desenvolvimento sustentável da bacia do alto Paraguai, através do gerenciamento e conservação dos recursos naturais;

- incentivar atividades econômicas compatíveis com o ecossistema pantaneiro; e
- melhorar a qualidade de vida da população.

Quais são os componentes do programa?

- gestão de recursos hídricos;
- gestão de solos e agrotóxicos;
- proteção e gestão de ecossistemas, de ictiofauna e de fauna;
- apoio às atividades econômicas ambientalmente sustentáveis;
- saneamento urbano;
- estradas parque e estradas turísticas; e
- atividades ambientais sustentáveis em áreas indígenas.

Quais são os agentes financiadores do Programa?

- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- Governo Federal do Brasil, através do Ministério do Meio Ambiente; e
- Governo do Estado de Mato Grosso.

Os principais projetos:

- na gestão de recursos hídricos:
 - monitoramento da qualidade da água;
 - implantação de comitês de bacias hidrográficas; e
 - implantação de sistema de outorga e cobrança do uso da água.
- na questão da gestão de solos e agrotóxicos:
 - manejo integrado de sub-bacias críticas; e
 - regularização das atividades mineradoras.
- na questão da proteção e gestão de ecossistemas, de ictiofauna e de fauna:
 - criação e implantação de unidades de conservação;
 - gestão de recursos pesqueiros; e
 - fortalecimento da polícia ambiental e corpo de bombeiros
- na questão do saneamento urbano:
 - ampliação da coleta e tratamento de esgoto;
 - melhoria dos sistemas de coleta e disposição de resíduos sólidos.
- na questão do apoio às atividades economicamente sustentáveis:
 - ordenamento e promoção do ecoturismo;
 - ordenamento e promoção da aquicultura, agricultura sustentável e negócios sustentáveis no Pantanal.

- estradas parques e turísticas:

- Estrada Parque MT-251 - Chapada dos Guimarães-Mirante;
- Estrada Parque MT-040/361 - Santo Antonio do Leverger-Barão de Melgaço;
- Estrada Parque MT-060 - Poconé-Posto do IBAMA;
- Estrada Parque MT-060 - Posto do IBAMA-Porto Jofre.

E, também, na questão de atividades ambientalmente sustentáveis em áreas indígenas.

Situação atual do programa: nós fizemos uma readequação das metas e realinhamento de prioridades do Programa Pantanal ao novo plano de ação do Governo, que impôs a necessidade de rever o programa dentro de uma visão estratégica, desenvolvimento e operacionalização que trouxesse maior impacto nas resoluções dos problemas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

No redesenho do programa nós tivemos um... O Ministério do Meio Ambiente solicitou uma revisão total do programa e foram feitas algumas ações. Foi colocado, desde o início, que o Ministério do Meio Ambiente não possui espaço orçamentário na questão do Programa Pantanal dentro do seu orçamento geral.

Então, qual foi uma ação que o Governo federal colocou? Este inseriu no orçamento do Ministério de Integração das Cidades algumas ações do Programa Pantanal, no caso, as ações de Estradas parques e Turística e ações de Saneamento Urbano, respectivamente.

Com isso, procurou ganhar um espaço para inserir o Programa Pantanal em outros Ministérios. Houve uma recomposição da equipe técnica no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e da FEMA. A equipe técnica, até 2003, não pertencia ao quadro da FEMA. Hoje todos os técnicos que trabalham no Programa Pantanal são funcionários de carreira da FEMA, da Secretaria de Infra-Estrutura e da EMPAER.

Há uma renegociação do contrato do BID que está sendo adiada desde o ano passado. E o último prazo que nos deram... A primeira fase do programa vence no dia 04 de julho, agora. Então, está sendo negociado se vai continuar o não o programa. Isso como o nosso Secretário já posicionou aqui.

O que nós estamos executando? Nós fizemos a elaboração e o detalhamento dos projetos com definição das metodologias a serem adotadas, execução das atividades e cronograma de execução. Foram elaborados termos de referência para contratação das consultorias e projetos. Houve um treinamento e capacitação da equipe do programa e entidades participantes do desenvolvimento dos projetos. Houve contratação de empresa para elaboração dos planos de manejos do Parque Estadual da Gruta e da Lagoa Azul, da Estrada Parque MT-060/Transpantaneira.

Na questão do turismo, estamos contratando uma empresa para o diagnóstico da oferta do ecoturismo, o plano de desenvolvimento turístico nos Municípios de Cáceres, Barão de Melgaço e Santo Antônio do Leverger, o plano de manejo do Parque Estadual da Gruta da Lagoa Azul, na cidade de Nobres, e a elaboração do plano de manejo da MT-060/Rodovia Transpantaneira.

Na questão da gestão ambiental em terras indígenas, realizamos uma missão conjunta com os executores: Ministério do Meio Ambiente, FEMA, FUNAI e UNEMAT nas áreas indígenas Pareci, nas Aldeias Formoso, Queimada, Estivadinho e Figueira, com reuniões preparatórias e oficinas de trabalho com as principais lideranças, conselhos tribais indígenas e demais membros da comunidade...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Só um minuto.

Eu gostaria de convidar o Secretário de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso, Sr. Yênes Magalhães, para fazer parte da Mesa.

O SR. JOSÉ INÁCIO RIBEIRO NETO - Como eu estava dizendo, reuniões nas comunidades indígenas para tratar de projetos viáveis e auto-sustentáveis em áreas indígenas, que seriam: roça de toco, apicultura, mudas nativas, recuperação de sementes, criação de pequenos animais, resgate cultural e lingüístico.

Houve uma outra missão nas áreas indígenas Chiquitana, Portal do Encantado, nas Aldeias Acorizal, Fazendinha, Estivadinho e Figueira para reuniões preparatórias, da mesma forma feita nas Aldeias Pareci.

Na questão do saneamento urbano, a equipe técnica realizou uma visita nos Municípios de Alto Garças, Itiquira e Pedra Preta, onde foi elaborado diagnóstico inicial para a questão de resíduos sólidos, visando à elaboração do plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos e urbanos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Gestão de solos e agrotóxicos, foram feitas visitas técnicas à área definida para atualização das propostas de execução do projeto de recuperação de microbacias e cabeceiras nos Municípios de Jaciara, Campo Verde e Juscimeira.

Formalização de parcerias entre a executora do programa, FEMA, a Prefeitura Municipal e os produtores rurais da área degradada. Quanto a isto aqui eu quero chamar a atenção de todos porque o programa, no formato original, previa a contratação de empresas para realizar o trabalho da EMPAER. Seriam contratadas empresas para realizar marcação de terraços. O que nós refizemos? Nós mudamos todo o formato do programa. Utilizamos os técnicos da EMPAER, porque é um trabalho da EMPAER, que é a Empresa de Extensão Rural do Estado. Com isso, houve uma redução do custo muito grande na questão, como eu coloco na última linha: realinhamento de recursos para a execução de trabalhos áreas degradadas. Também estamos atingindo Rondonópolis. Pelo programa original, seria trabalhado somente o córrego Brilhante, no Município de Jaciara. Com esse realinhamento, estamos atendendo os demais municípios da região do Pantanal.

Eu estou apresentando o resumo após... Foi realizado um realinhamento dos recursos do Programa Pantanal, a pedido do Ministério do Meio Ambiente, e essa foi a última tabela apresentada ao Banco.

Gestão de recursos hídricos, após o revisão, ficou com o orçamento de R\$13.018.000,00; gestão de solos e agrotóxicos...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Eu vou interrompê-lo novamente para convidar o Prefeito da Capital, Wilson Santos, para compor a Mesa.

O SR. JOSÉ INÁCIO RIBEIRO NETO - Gestão de solos e agrotóxicos ficou com R\$15.909.000,00; proteção de gestão de ecossistema, ictiofauna e fauna, R\$4.434.000,00; saneamento urbano, R\$26.693.000,00. O saneamento urbano está dividido em três componentes, que vou falar, porque é de interesse de todos: coleta e tratamento de esgoto, R\$15.000.000,00; melhoria do sistema de coleta e exposição de resíduos sólidos, na ordem de R\$2.000.000,00; e fortalecimento institucional e melhorias gerenciais à SANECAP, R\$9.000.000,00.

Apoio a atividades econômicas e ambientalmente sustentáveis, R\$1.712.000,00; estradas parque e estradas turísticas, R\$59.297.000,00. Aqui eu abro um porém. A maior parte dessas obras o Governo do Estado já está realizando, como vou mostrar a seguir. Então, esse recurso dever ser liberado, se o programa continuar, para os outros componentes.

E na questão da gestão ambiental em terras indígenas, R\$937.000,00.

Eu vou apresentar agora o que o Governo do Estado já está realizando no âmbito do Programa Pantanal.

Está sendo realizada a pavimentação da estrada na Chapada dos Guimarães, no valor de R\$14.000.000,00 - Chapada/Mirante; a pavimentação na MT-040, Santo Antônio do Leverger/Barra do Aricá, no valor R\$7.931.000,00; pavimentação Poconé/Posto do IBAMA, R\$4.121.000,00; foi pavimentada a Estrada Parque Jaciara/Cachoeira da Fumaça, R\$3.624.000,00; vão ser executadas obras de restauração Cuiabá/Chapada dos Guimarães, na ordem de R\$839.000,00; foi feito um trabalho de intervenção, recuperação de área degradada na Cachoeira da Fumaça, em Jaciara, R\$258.000,00; projeto de engenharia final entroncamento da BR-163/BR-364 até a Cachoeira da Fumaça, no valor de R\$119.000,00; foi contratado o plano de manejo da Estrada Parque Santo Antônio/Porto de Fora/Barão de Melgaço, R\$147.000,00; projeto final de engenharia Porto de Fora/Mimoso, R\$136.000,00; projeto de engenharia entroncamento da BR-070 até Porto de Fora, R\$292.500,00; totalizando R\$33.518.883,00. Isso é o dinheiro do Governo do Estado que está sendo aportado como contrapartida no Programa Pantanal. Era o que tinha para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Ouvimos, então, o técnico da FEMA. Há uma solicitação da disponibilidade desses dados depois, para que possamos inclusive remetê-los para todos os interessados. Por isso, estamos pedindo que coloque o endereço eletrônico no cadastramento. Inclusive a cópia dessa Ata nós queremos mandá-la para todos.

Quero agradecer a presença do Presidente da Câmara Municipal de Barão de Melgaço, Ênio de Arruda Júnior, e do Secretário de Administração.

Vamos ouvir o ilustre Deputado Waldir Neves, nosso colega, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

É uma honra tê-lo aqui, Deputado. Parabênz Vossa Excelência pelo trabalho na área ambiental daquele Estado. Colocamo-nos a seu inteiro dispor.

O SR. WALDIR NEVES - Deputado Humberto Bosaipo; Deputado Sérgio Ricardo, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; Prefeito Wilson Santos; ex-Governador Dante de Oliveira; Deputada Federal Celcita Pinheiro; Sr. Alcides Faria, da ONG ECOA, de Mato Grosso do Sul, um grande parceiro na defesa ambiental; demais colegas Deputados de Mato Grosso, autoridades que compõem a Mesa:

É uma satisfação muito grande estarmos aqui. Estou me sentindo bastante à vontade ao lado do Prefeito Wilson Santos e do ex-Governador Dante de Oliveira, que ainda na minha época de jovem, na Juventude do PMDB, nós o levamos lá para falar das Diretas Já, e não faz muito tempo, não! O tempo passa muito rápido e, às vezes, não percebemos.

Participar desta Audiência Pública, para nós, é uma satisfação redobrada. Eu já estou no terceiro mandato consecutivo como Presidente da Comissão de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Nós já realizamos duas Audiências Públicas com relação ao Programa BID Pantanal. Na última, nós tivemos a presença honrosa do Deputado Sérgio Ricardo, representando Mato Grosso e estamos aqui retribuindo a gentileza. Também viemos aqui nos somar aos esforços da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso no sentido de vermos se ainda em tempo conseguimos impedir que o Programa BID Pantanal, o único programa que nós temos, e isso é fundamental colocar, é o único, não existe outra alternativa, o único que vem resguardar esses municípios que compõem a Bacia Peripantaneira. Nós sabemos que o Pantanal é um ecossistema único, aliás, uma coisa única no Brasil. E talvez, por termos tão perto de nós, não damos a ele o valor e a importância que o mundo dá a esse ecossistema único, a essa ictiofauna totalmente singular no nosso planeta.

E tem uma coisa que não foi colocada aqui sobre o seu subsolo. O maior aquífero de água doce transfronteiriço do mundo é o Aquífero Guarani. Lá em Mato Grosso do Sul nós já temos a Frente Parlamentar em Defesa do Aquífero Guarani. Nós sabemos que a água é infinita, indiscutivelmente já está provado isso cientificamente. E, talvez, com a abundância de água do rio Cuiabá e lá de Mato Grosso do Sul, do rio Paraguai e rio Paraná, nós não damos muita importância, mas a água aqui é para nós o que o petróleo é para o Oriente Médio. Com certeza, o cuidado dos mananciais e desse aquífero é, no mínimo, uma decisão inteligente de todos nós, porque se a água é infinita e tem prazo de 15, 20 anos para começar já faltar água, ela vai sobrar para nós, mas, no mínimo, vai ser uma questão estratégica, de estratégia econômica, correto?

Portanto, eu acho que temos que até resguardar às gerações futuras. Mas eu gostaria, rapidamente, me ater especificamente à questão do Programa Pantanal. Então, quero só fazer um rápido resumo porque têm alguns dados aqui que ouvimos do técnico que falou, que não batem com alguns que nós temos.

O Programa Pantanal é uma iniciativa governamental de garantia de desenvolvimento da região da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, preservando a flora, fauna, enfim.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Tal iniciativa começou a ser tomada em 96, quando os governos estaduais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul iniciaram, e foram de forma conjunta, as negociações com o BID que na época era chamado de Projeto Pantanal, embrião do programa.

Do ponto de vista ambiental ficou definido que o Programa Pantanal seria organizado de acordo com os eixos da Agenda 21, sendo os temas principais dividido em Agenda Verde, conservação de ecossistemas e uso sustentado dos recursos; Agenda Azul, gestão dos recursos hídricos; Agenda Marrom, saneamento básico e melhoria na qualidade das águas, do solo e do ar.

Depois de estruturada a organização ambiental do programa faltava definir seus aspectos financeiros. No mês de abril de 2001, foi marcado pelo ingresso do Governo Federal no programa, um parceiro capaz de garantir internacionalmente o montante de recursos necessários para cumprir todas as agendas, em contrapartida a gestão do Programa Pantanal ficou a cargo da Secretaria de Qualidade de Ambiental nos assentos humanos, órgão do Ministério do Meio Ambiente por meio da Coordenação-Geral do Programa Pantanal. Eu queria parar aqui para dizer o seguinte:

Nós, a Bancada do PSDB de Mato Grosso do Sul, na época, éramos nove. Hoje sou só um. Governo na concorrência com governo é terrível. Nós fomos ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e lá nós conseguimos convencê-lo da necessidade, da federalização do programa, tendo em vista que os programas teriam que participar com 20% da contrapartida, num montante de quatrocentos milhões de dólares, dividido entre dois estados, isso daria um valor razoavelmente alto para um Estado como Mato Grosso do Sul que ainda tem uma economia frágil e Mato Grosso também não estava assim, o Dante não tinha organizado a economia e não estava com essa força que tem hoje. Então, estava começando.

Pois bem, aí nós então conseguimos que o Governo Federal assumisse a federalização dada a importância que seria o único projeto concreto, materializado em defesa desse ecossistema pantaneiro.

Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai com cinqüenta municípios de Mato Grosso e trinta municípios de Mato Grosso do Sul sendo beneficiados diretamente 1.100.000 pessoas, em Mato Grosso do Sul, inclusive 35 aldeias indígenas.

O valor a ser empregado em todas as etapas do Programa Pantanal é de quatrocentos milhões de dólares, que se transformaram em euros, não é, Alcides? Se não me engano, o contrato foi assinado em euros e hoje está um pouco mais valorizado, sendo trezentos milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Cinqüenta e seis milhões da União, que é a federalização, vinte e dois milhões dos dois Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. E o que o técnico discorda da nossa avaliação é que cada Estado... O programa está dividido em duas fases de quatro anos a partir de 2002, sendo que a segunda está condicionada aos bons resultados da primeira. Os recursos da primeira fase são de cento e sessenta e cinco milhões de dólares, tendo sido assinado contrato no valor de seiscentos milhões de reais entre o Governo Federal e o BID em 2001, no câmbio da época.

Resultados até o momento: entre 2002 e 2003 foram investidos apenas oito milhões de reais pelo Governo Federal no programa, valor correspondente a um vírgula três por cento do contrato assinado em 2001 nos dois Estados.

Ao analisarmos o relatório de gestão 1999-2002, enviado à Assembléia Legislativa com a Mensagem nº 08/03, de 17 de fevereiro de 2003, pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, encontramos ações supostamente pertencentes ao Programa Pantanal descritos como cursos de especialização e gestão de recursos hídricos, elaboração de projetos para a aquisição de imagens de satélite, equipamentos topográficos, fotográficos, de informática e veículos, implantação e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

desenvolvimento da unidade de gerenciamento do programa, assessoria aos coordenadores dos projetos, isso que mais tem, início de organização de dados e geração de condições gerais para negociação e inserção das comunidades indígenas no Programa Pantanal e elaboração e divulgação de material informativo sobre o Programa Pantanal.

Não encontramos sequer uma ação direta de saneamento básico, implantação de estradas-parque, fomento ao eco-turismo, oferta de água ou redução da poluição.

Ficou só na atividade-meio, planejamento, viagem, estudo, essas coisas que acontecem muito no poder público.

Alegações do Governo Federal para o Programa Pantanal não funcionar em capacidade plena: Contingenciamento, palavra terrível esse tal de contingenciamento Deputado. O Deputado deve lutar muito com isso lá em Brasília.

Segundo o Governo Federal, o orçamento foi contingenciado, ou seja, teve sua execução orçamentária bloqueada, condicionada à existência de recursos financeiros previamente apurados. O recurso financeiro do Programa Pantanal, porém, está assegurado pelo contrato assinado em 2001, ou seja, não cabe contingenciamento, a desculpa não justifica a inércia do programa.

Segundo a Ministra Marina Silva, é necessária reprogramação das ações do Programa Pantanal, pois por não haver paridade de câmbio entre o dólar e o real, o valor dos recursos do programa é megalomaniaco. Ela disse exatamente isso lá em Mato Grosso do Sul, que é um programa megalomaniaco. Ou seja, desconhece a importância, a relevância do ecossistema pantaneiro, que é para todos a riqueza de diversidade que temos nos dois Estados. O que importa é somente a Amazônia.

Quanto à reprogramação é preciso esclarecer se os projetos e as ações serão cortados, remanejados ou, apenas, diminuídos. Não há clareza neste ponto. Fala-se que megalomaniaco tem que ser reprogramado, mas não se esclareceu até hoje como seria reprogramado esse Programa Pantanal.

Fiscalização do Programa Pantanal: além da fiscalização pelo Judiciário e pelo Legislativo, existe o Comitê de Fiscalização da Execução do Programa Pantanal, representado no Mato Grosso do Sul pela Organização Não-Governamental Ecologia e Ação, aqui representada pelo Alcides que, ao final, com certeza, falará a sua versão, escolhida pelo Fórum de Organização do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FORMADS para atual função. E este vai dizer quando se reúne o Comitê e quais são as avaliações, com certeza.

A nossa primeira audiência pública foi realizada no dia 18 de novembro de 2004, que contou com representantes dos FORMADSs, de organizações não-governamentais, da OAB, do setor público e com o Coordenador Nacional do Programa Pantanal, Valmir Gabriel Ortega. Depois de muitas discussões, ficou acertado que o Coordenador Nacional encaminharia - aí que está o problema - aos participantes cópia da resposta dessa reestruturação e programação nos municípios, chamando os Prefeitos, os Governadores eleitos...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Deputado, eu só gostaria de convidar a Deputada Federal de Mato Grosso Teté Bezerra para compor a Mesa (PALMAS).

O SR. WALDIR NEVES - Que bom. A nossa audiência pública está ficando cada vez melhor.

Eu estou animado, Alcides.

Depois de muita discussão, esse Coordenador encaminharia aos participantes cópias da proposta de reestruturação do Programa Pantanal. Muitos Prefeitos foram substituídos, bem como Vereadores, Governadores. Então, discutiria e encaminharia um novo programa de aplicação de recursos, enfim, de prioridades, porque muitas obras, inclusive, que estavam contidas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

no primeiro programa, foram realizadas. O Governo realizou; os prefeitos realizaram. Então, era preciso reprogramar.

Pois bem, essa reprogramação seria discutida com participantes, com financiadoras internacionais, em janeiro, para que, em 09 de dezembro, fosse discutida em nova audiência pública, na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, a forma de distribuição dos valores do Programa Pantanal e as prioridades de cada região renovada.

Muito bem, veio a segunda audiência pública, realizada em 09 de dezembro de 2004. Teve os mesmos participantes da anterior, acrescida de representantes da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Sérgio Ricardo; e da Procuradora do Estado de Mato Grosso do Sul, Itaneide Cabral Ramos. Teve maior público que a primeira. O representante do Programa Pantanal, o Sr. Valmir Ortega, não havia encaminhado ainda aos participantes cópia da proposta de reestruturação do Programa Pantanal, conforme prometido na primeira audiência pública, o que gerou grandes discussões em torno dos termos da proposta. A maior consequência da segunda audiência pública foi uma suposta reunião, dita pelo Sr. Valmir Ortega, marcada para fevereiro de 2005 para ajuste financeiro do projeto, e, em julho, para ajustes técnicos, conforme consta da Ata da segunda audiência pública do Programa Pantanal. As Assembléias Legislativas dos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso sequer foram informadas, precisamente, das datas das reuniões. O resultado foi que os legislativos estaduais, legítimos representantes dos povos dos Estados, foram aliçados do processo de reestruturação totalmente”.

Nós e vocês aqui ficamos excluídos.

“A imprensa estadual divulgou nessa semana que o Governo federal já extinguiu o Programa Pantanal, o que deverá ser anunciado em 05 de junho (Dia Mundial do Meio Ambiente e Dia da Ecologia).

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, apático, sequer se manifesta a respeito da possibilidade de extinção do programa. Lideranças ambientais como o ECOA e outras entidades lá de Mato Grosso do Sul se mobilizam para reverter a situação antes do anúncio oficial e lamentam a decisão do Governo federal.

Por fim, ficam as perguntas: Sem o Programa Pantanal, como cuidar desse ecossistema único, que reúne fauna e flora ameaçadas? Como garantir o desenvolvimento sustentável da região? Como melhorar a qualidade de vida da população pantaneira?

Segundo Valmir Ortega disse, e consta na página 04 da Ata da segunda audiência pública do Programa Pantanal, havia orçamento para 2005. Segundo consta da página 22, um orçamento de três milhões de reais, que foi transferido de 2004 para 2005. Então, onde foi parar esse recurso? Foi gasto em quatro meses e meio? Com que?”.

Feito isso aqui, eu só quero concluir a minha fala, a minha participação nesta audiência pública, Sr. Presidente, dizendo que, na verdade, nós percebemos e ficamos muito felizes em ver presentes as Deputadas Federais, os representantes do Governo do Estado, o Secretário Especial do Meio Ambiente, enfim, em ver isso aqui repleto de Deputados Estaduais.

E, quero dizer que saio daqui animado de novo, Sr. Alcides, porque nós perdemos muito tempo. Não existe um programa, o que falta na verdade, é o planejamento, a elaboração, a necessidade, a importância. Isso tudo já foi dito, já foi mostrado aqui em eslaides, enfim. O que falta é mobilização política, é vontade política. O Governo do Estado nosso, que é amigo do Presidente, do mesmo Partido, infelizmente, não fez nada pelo Programa Pantanal até agora. Lavou as mãos, está a Deus dar! Existe recurso, existe orçamento, financiamento, inclusive, pagando juro do dinheiro que já está na conta, e o programa não sai do papel. É inércia política! É ação política! Ou nós vamos nos unir, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Prefeitos, Governadores, Deputados Federais e fazemos uma grande frente e tirarmos aquilo que é direito nosso, uma luta de mais de 10

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

anos, ou, então, nós vamos ficar fazendo reuniõezinhas, batendo nas costas, reclamando, lamentando, mas nada de ação concreta.

Eu espero que ao final desta audiência pública nós possamos tirar daqui um documento, um compromisso de juntos irmos até à Ministra Marina Silva e mostrar para ela que, além da Amazônia existe o Pantanal de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O que falta, por fim, para resumir a minha fala, é organização e ação política conjunta. Se houver a vontade política, o desejo e uma ação prática, nós vamos manter o Programa Pantanal, que é o único instrumento que nós temos concreto para poder fazer frente a agressão, ao meio ambiente, claramente, visível nas ações do homem.

Então, fica aqui a nossa fala, o nosso apelo, a nossa manifestação, o nosso compromisso de junto com os senhores aqui também somarmos a esse pensamento de união em defesa do único ecossistema mais rico da biosfera, que é o Pantanal, que está nas nossas mãos, cabe o seu destino a Deus e as nossas ações aqui. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAÍPO) - Nós vamos ouvir agora, o Sr. Alcides Farias, Diretor Executivo da ONG Ecologia e Ação.

O SR. ALCIDES FARIAS - Srs. Deputados, Sr. ex-Governador, eu quero parabenizar e agradecer esta oportunidade por falar aqui.

Vou ser bastante breve, afinal, eu quero apresentar uma proposta que acresce um pouco essa proposta que foi apresentada pelo Deputado Waldir Neves, de procurar a Ministra Marina Silva.

Além de trabalhar na área ambiental, membro da ECO, da Rede Pantanal, da Equalização Rios Vivos, eu faço parte do Conselho Assessor da Sociedade Civil do Banco Interamericano no Brasil. Esse conselho assessor, eu não sou consultor do banco, não recebo por isso, é um trabalho absolutamente voluntário. Nessa condição eu tenho oportunidade de conversar com diretores do banco e, freqüentemente, também com o Presidente do banco. Eu tive dois encontros com ele: um, no Paraná; e outro agora na Europa, quando conversamos sobre o Programa Pantanal. Era muito evidente o seu incomodo com a situação, porque ele foi a fundo em relação a esse programa. Ele apostou nesse programa. Ele decidiu que o banco deveria fazer esse empréstimo em condições extremamente favoráveis.

Na conversa, no Paraná, ele pediu que eu conversasse com o Sr. João Saiad, que agora é Vice-Presidente do banco e é o candidato do Brasil à Presidência do banco. O Governo Lula está apoiando o João Saiad para a Presidência do banco, considerando que o Sr. Iglesias deve deixar e ocupar outro cargo.

Bem, o banco, internamente, tem uma posição de que o programa caminha para o cancelamento do contrato. Qual a razão básica? Eu vou dizer isso aqui, os diretores não vão falar isso de público, mas eu tenho ouvido de funcionários e diretores que sequer os relatórios chegaram. relatórios básicos que o Governo deveria ter apresentado. E isso tem acontecido também com outros programas.

Eu não tive condições, ainda, de fazer uma checagem, mas no Rio Grande de Sul me informaram que o Pró-Guaíba, que é um programa de extrema importância, de mais de vinte anos, de recuperação de bacias e também de despoluição do rio Guaíba, está praticamente cancelado, paralisado.

A pergunta que eu tenho a partir disso é: isso é uma política? Acaba-se com o Programa Pantanal, o Pró-Guaíba e outros, isso é uma política de Governo? É uma coisa que nós temos que acompanhar muito de perto e é de extrema preocupação.

Com relação ao Programa Pantanal, eu quero dizer que a partir daquele momento que o ex-Governador Dante de Oliveira e o ex-Governador Wilson Martins levaram a Washington

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

essa proposta, a sociedade civil passou a acompanhar esse programa. Conseguimos abrir portas e chegamos à situação de que há comitês instalados, comitê de Mato Grosso e comitê de Mato Grosso do Sul, de monitoramento e acompanhamento do programa. Agora, Deputado Waldir Neves, eles não têm se reunido, porque não há o que monitorar. Não está sendo operado o programa, infelizmente.

Recentemente, nós resolvemos que deveríamos tentar fazer com que o programa caminhasse. Chegamos a um acordo e aquela audiência foi de extrema importância. É fato absolutamente verídico isso relatado pelo senhor. Qual é a reestruturação do programa? Então, faz-se uma outra audiência e apresenta-se, mas não foi apresentada. Na verdade, caminhava por dentro do Governo essa situação que nós temos, que é a do cancelamento do contrato.

Qual é o grande problema de se cancelar esse contrato com o BID? De onde, como que nós vamos fazer para conseguir novos recursos para a Bacia do Alto Paraguaia? Quanto anos para se ter isso?

Eu ouvi de alguns Prefeitos: “Nós fomos a Brasília durante todos esse anos e eles diziam: ‘Vocês não precisam de dinheiro para os seus municípios, porque vocês vão receber do Programa Pantanal’.” E aí nós tivemos atrasos de investimento muito grandes em todos os municípios da Bacia do Alto Paraguaia por causa dessa situação que o Programa Pantanal iria resolver. E iria mesmo, porque tem um desenho interessante o programa. Ele tem problemas? Tem. Conseguimos corrigir problemas do programa? Conseguimos. Para vocês terem uma idéia, chegou um momento em que nós olhávamos para aquilo que estava planejado para as aldeias indígenas e tinha, parece-me, compra de oito caminhonetes Hilux e de quarenta computadores. “Olha, isso não pode!” Isso foi corrigido e chegou-se a outra proposta com relação às aldeias indígenas.

Diretores do banco chegaram a dizer para mim, já que o Governo Federal não tem demonstrado interesse e não consegue operar o programa, que poderiam tentar fazer um outro programa, mas um programa diretamente com os Governos dos Estados. No primeiro momento, eu até me entusiasmei com a idéia, mas aí eu, que não sou experiente nas internas do banco, fui conversar com outros diretores, que disseram: “Cuidado com isso, porque serão outros dez anos. Cuidado com isso. A melhor opção é manter o programa como está.”

Recebi, recentemente, um *e-mail* do ex-Ministro João Saiad, sugerindo que trabalhemos junto ao representante do banco no Brasil, Sr. Waldemar Wirsing, que é uma pessoa extremamente aberta, uma pessoa que conhece o Brasil como poucos, que tem uma preocupação muito grande com o Brasil. E aí, Deputados, eu teria como sugestão, acrescentando à proposta do Deputado Waldir Neves, que se procurasse a Ministra Marina Silva, com relação a essa situação, mostrando a importância de que ela volte os olhos para o Pantanal. Eu acho que ela não tem desinteresse pela região, talvez lhe falte uma assessoria mais próxima, mais adequada. Mas também devemos procurar diretamente o banco. Diante do quadro que está aí, a tendência do banco será o cancelamento do programa, porque o dinheiro está lá e não usam. Então, que procurassem o banco, pelo menos o Sr. Waldemar Wirsing, que é representante do banco no Brasil, e outros diretores. Talvez, até convidar o próprio João Saiad para uma conversa mais próxima para que ele realmente se torne interlocutor na defesa desse programa dentro do banco.

Era essa a sugestão que teria aos Srs. Deputados e aos presentes (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Nós agradecemos a participação do Sr. Alcides.

Vamos ouvir o ex-Governador, Sr. Dante de Oliveira.

O SR. DANTE MARTINS DE OLIVEIRA - Sr. Presidente da Mesa, Deputado Humberto Bosaipo; Deputado Sérgio Ricardo; demais Deputados Estaduais aqui presentes; Deputadas Federais Celcita Pinheiro e Teté Bezerra; Deputado Estadual de Mato Grosso do Sul e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Sr. Waldir Neves; Sr. Secretário Especial de Meio Ambiente do Estado, Sr. Moacir Pires; Vice-Prefeito de Santo Antônio do Leverger; Presidente da ECOA, Mato Grosso do Sul, Sr. Alcides Farias; representantes do IBAMA; representante de Barão de Melgaço; meus senhores, minhas senhoras; vereadores aqui presentes, representantes de inúmeras organizações não-governamentais, imprensa:

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Humberto Bosaipo e a Assembléia Legislativa por esta iniciativa. Na verdade, cumpre a Assembléia Legislativa o seu papel insubstituível de trazer para si o poder de fiscalização, o poder político de mobilização, quando temas relevantes de interesse do Estado estão em jogo.

O Projeto Pantanal, que ao longo dos anos assim terminou sendo apelidado, durante muito tempo foi conhecido como Projeto BID/Pantanal, foi um projeto do qual me lembro perfeitamente, Deputado Humberto Bosaipo. Em maio de 1995, ainda recém-eleito, com mil problemas no Estado, fui até o BID para uma audiência com o Presidente Enrique Iglesias, figura conhecida no mundo, figura com uma cabeça brilhante, aberta, uma figura ímpar do Banco Interamericano de Desenvolvimento e lembro-me perfeitamente das palavras usadas por ele lá dentro do banco, em seu gabinete.

Eu lhe falei: Presidente, eu sempre miro o exemplo do que não se deve fazer, que é o rio Tietê cortando a cidade de São Paulo. Hoje, vocês estão sendo cobrados para financiar bilhões e bilhões de dólares para recuperar o rio Tietê. Eu não quero que isso aconteça com o Pantanal Mato-grossense. Não vamos nós deixar morrer o Pantanal para depois bater às suas portas, daqui a 30, 40, 50 anos, para fazer um baita programa de recuperação total do Pantanal. Então, é preciso ter investimento na área de saneamento. E fiz esse discurso a ele.

Ele falou: “Dante, sinal verde. Vamos trabalhar”.

E assim foi. Coincidentemente, não havia combinado com o Governador Wilson Martins, ele estava lá também para defender algo semelhante, e aí começamos a nos juntar com o BID, e foi se construindo o Projeto Pantanal.

O Governo Federal, de Fernando Henrique, sempre dando sinal verde: “Vá em frente, é importante o Pantanal, afinal de contas, o meu avô já morou em Corumbá, não sei o que, eu adoro o Pantanal...” Até que nós, depois de longas caminhadas, idas e vindas, grupos técnicos discutindo e rediscutindo, chegamos à conclusão do programa. Tudo bonitinho, mas faltava o quê? O principal, que era a contrapartida do dinheiro.

Como lembrou bem o Deputado Neves aqui, nem nós nem Mato Grosso do Sul tínhamos esse dinheiro. Estava acabando de sair de uma renegociação ampla de dívida, como ia colocar mais dinheiro e comprometer mais dívida para o programa.

Eu me lembro que coincidentemente, por mais paradoxal que seja, mas foi assim, eu fui à inauguração do Porto de Itacoatiara, do Grupo Amaggi. Inauguramos o Porto de Itacoatiara e o Presidente da República falou: “Dante, venha no meu avião, para conversarmos”. No avião dele, fomos a Manaus, depois Porto Velho e, nesse caminhar, eu, como sempre, cobrava, batia duro no Programa Pantanal. Não temos dinheiro. O senhor tem que federalizar, tem que federalizar, tem que federalizar. O Zeca também batia que tinha que federalizar. Até que ele chamou, se não me engano, o Kandir e o Presidente do BNDS, Luiz Carlos, e falou: “Não tem jeito, ou federaliza, ou acaba o programa. Vamos federalizar. Mãos à obra”. E deu a função para os dois de federalizar. E assim foi.

Em Corumbá, Neves, acho que foi em 2001, ou 2000, ele anunciou para a sociedade de Corumbá e toda a sociedade pantaneira a federalização do programa. Ótimo. Estava resolvido. Ficariam apenas 12,5% com Mato Grosso do Sul e 12,5% para Mato Grosso, sendo que desses 12,5%, queria até que os técnicos me ajudassem, se não me engano, não era propriamente 12,5% em dinheiro, era contrapartida em prestação de mão-de-obra, de serviço, não sei o que,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

pagamento de projetos, quer dizer, não seria dinheiro vivo. Então, era um grande programa, só que, obviamente, pela própria política econômica do Governo Federal, eles não poderiam já dar o *start* desse programa com os 400 milhões de dólares, que no final se transformaram em 400 milhões de euros, muito mais dinheiro do que pensamos.

Então, eles dividiram o programa. A primeira etapa ficaria em 165 milhões de dólares, dos quais 63 milhões para Mato Grosso e 63 milhões também para Mato Grosso do Sul. Nessa primeira etapa, teríamos obras como a Transpantaneira, Santo Antônio/Barão de Melgaço, que levariam trinta e nove milhões e meio de dólares. Saneamento, na primeira etapa, apenas cinco milhões e meio, e cinquenta milhões numa segunda etapa.

Você vai dizer: “Mas por que isso?” Tem uma lógica. Tudo tem sua razão de ser. Estão aqui Rubem Mauro, Gina e um monte de gente que acompanhavam bem a questão do projeto que eu levei a fundo e que eu acho foi uma das grandes coisas que fiz em Mato Grosso. Estava em processo de municipalização a SANEMAT, ou seja, os municípios estavam começando a criar suas empresas. Não tinha nenhuma cultura, não tinha nada, não tinha nem equipe formada. E o BID me falou: “Nós não podemos mandar dinheiro para o município, se eles não têm suas empresas arrumadas”. Fomos investir em Cuiabá. Parece-me que foram cinco milhões e meio de dólares praticamente para Cuiabá, para fortalecimento institucional da SANEAP, e os outros, enquanto eles se consolidam, na segunda etapa, nós entramos com cinquenta milhões de dólares para saneamento, tratamento de esgoto, que é fundamental para Cuiabá, Várzea Grande, se não me engano, Cáceres, Tangará da Serra e Chapada dos Guimarães.

É um programa que, quando eu saí do Governo, saí tranquilo, missão cumprida, porque ia ser tocado. Para nossa surpresa, passaram-se quatro anos praticamente e a coisa não acontece. A verdade é que falta vontade política ao Governo. Aqui colocou muito bem o Neves. Falta decisão política.

Essa questão de algumas críticas que o Governo Blairo Maggi faz, eu a repudio veementemente. É não se levar em conta e não entender o que é um programa ambiental. Programa ambiental não é programa de obras, e têm obras, mas obras casadas com a questão ambiental. Você não vai fazer uma obra na Transpantaneira e vai deixar de lado o manejo daquela área, daquele parque, que temos que transformar, e a Assembléia Legislativa transformou. Aprovou aqui. Parece-me que um projeto do próprio Deputado Humberto Bosaipo, ou do ex-Deputado Paulo Moura, transformando em parque a estrada Transpantaneira. Então, você precisa investir em consultorias, em pesquisas, porque não se pode fazer nada errado. Quer dizer, a questão ambiental é fundamentalmente isso.

Agora tem obras. Tem! Na primeira etapa 72% eram obras. Quer dizer, na verdade, o Governo Blairo Maggi deixou correr frouxo. Não tencionou.

Estranhamente, até perguntei ao Deputado Neves, aqui, o que o Governador Zeca do PT ganhou do Presidente Lula para se calar na luta pelo BID Pantanal, porque ele era um cara que telefonava de manhã, à tarde e à noite, quando era Fernando Henrique. “Dante, vamos lá no Fernando Henrique. Vamos lá no Fernando Henrique. Tem que sair...” Depois que o Presidente Lula entrou, ele quietou, calou. Quer dizer, onde está a nossa Ministra, que diz que é símbolo do meio ambiente, a Marina? Será que meio ambiente é só Amazônia? É só Acre, o Amazonas, Belém do Pará, é só floresta amazônica? Quer dizer, temos que bater duro. Por isso que cumprimento aqui a questão desta Audiência Pública.

Entendo que é fundamental o investimento em saneamento básico. Corre um sério risco o Pantanal com aumento da população de Cuiabá, Várzea Grande e outras cidades vizinhas de a população matar o Pantanal ao longo dos anos. E projeto, como BID, meu Deus do céu, qualquer

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

governante sabe, você inicia, e o importante é você iniciar. Depois que você inicia, depois que você mostra compromissos com a filosofia daquele programa, você vai mudando.

Eu não esqueço do PRODEAGRO, eu era Governador, e consegui mudar. Como é que eu fiz o PADIC, que era um programa de apoio ao pequeno produtor, foi assim com um piscar de olhos? Não! Fui convencendo a ele que o programa tinha que também, além de fazer estradas, asfalto, programa ambiental, olhar para o pequeno produtor que vive no campo. E consegui 40 milhões de dólares. Então, é começar o BID Pantanal e você vai ajustando o programa à luz de cada Governo. Cada Governo tem um foco e cada Governador vai botando esse foco num lugar certo.

Quer dizer, acredito que iniciando o Projeto Pantanal vai-se fazendo ajuste. Eu tentei até no meio da negociação, eu lembro do Frederico Müller falando: “Não inventa, não inventa, não inventa, você vai atrasar o programa.” Eu queria colocar saneamento para as famílias que vivem no Pantanal. Fazer um programinha, por exemplo, simples de saneamento. Mas falaram: “Não mexe mais, se não o Governador vai atrasar mais”.

Então, eu creio que cabe a nós, Deputados Estaduais, ex-governador, organizações não-governamentais, realmente, mobilizarmos a opinião pública. Mobilizarmos os dois Governadores, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, irem a Marina e ir ao Presidente Lula. O Presidente Lula tem que dizer à sociedade brasileira que ele não quer implementar o maior programa ambiental do BID e o maior programa ambiental do Brasil. Não venha falar que ele não tem dinheiro, porque ele está aí com um superávit pagando juros e mais juros, e ele pode. E foi dividido. Ele não vai gastar 400 milhões de dinheiro em uma tacada, ele vai gastar 165. Daqui a quatro, cinco anos, aí ele faz mais 200, mais 300, depois engata o Pantanal 1, Pantanal 2, 3, daqui a cinco governadores que vêm aí, vai estar trabalhando o BID, isso que é importante. É uma visão de futuro, uma visão de continuidade e que vai ter os ajustes necessários de acordo com os avanços da sociedade.

Portanto, eu encerro esta minha falação, fazendo essa conclamação. Que o Prefeito Wilson Santos, o Prefeito de Campo Grande, todos eles possam se mobilizar para irmos até ao Presidente Lula, Marina Silva, e mobilize também, e vá junto ao BID - o Assis colocou muito bem - ir ao BID, porque eu conheço o Presidente Iglesias, e ele deve estar extremamente chateado. Ele veio ao Pantanal, visitou o Pantanal, quis conhecer o Pantanal. “Quero conhecer o Pantanal”. Passou dois dias conosco, andando de barco, olhando tudo, sobrevoando. Quer dizer, maravilhado com o programa.

Quer dizer, perder um programa desse para um Estado que não tem dinheiro para investimento para nada a não ser os recursos próprios, eu acho que Mato Grosso não se pode dar ao luxo - nem o Mato Grosso do Sul - de perder 400 milhões de euros de um programa ambiental. Agora, precisa-se ter compromisso com o meio ambiente, isso é fundamental. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Uma informação, a lei da Estrada Parque é do ex-Deputado Paulo Moura, que foi votada aqui nesta Casa.

Devido a sua agenda, vamos ouvir o Prefeito Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Bom-dia a todos e a todas, Deputado Humberto Bosaipo...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Antes de Vossa Excelência...

Nós queremos agradecer a presença do Deputado Nataniel de Jesus, da Eliana Rondon, Presidente da SANECAP, e do Sr. Clóvis Martins, Prefeito de Poconé.

Com a palavra, o Sr. Wilson Santos, Prefeito de Cuiabá.

O SR. WILSON SANTOS - Bom-dia a todos e a todas; Deputado Humberto Bosaipo, autor do requerimento desta importante Audiência Pública; Deputado Sérgio Ricardo,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa; Sr. Moacir Pires, Secretário Especial de Meio Ambiente; Sr. Ibson Leite, Prefeito de Barão de Melgaço; Sr. Hugo José, Gerente do IBAMA; Deputado Estadual Waldir Neves, de Mato Grosso do Sul, nosso colega correligionário; Deputada Federal Celcita Pinheiro, colega Parlamentar; Deputada Federal Teté Bezerra; Sr. Alcides Faria, Diretor Executivo da ECOA - Ecologia e Ação; Sr. Lioniê Vitorio, o mais popular Nico, Vice-Prefeito de Santo Antônio do Leverger; Sr. Dante de Oliveira, ex-Governador e ex-Prefeito da Capital; Sr. Domingos Sávio de Barros Arruda, Promotor de Justiça da Vara do Meio Ambiente da Capital; Sr. Yênes Jesus de Magalhães, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação-Geral; Deputado Estadual Clóvis Roberto; Deputado Estadual Carlão Nascimento; Deputado Estadual Ságua; demais presentes e convidados.

Eu era moço ainda e as pessoas diziam: “Tal Governador não está com nada, porque ele devolve dinheiro!” Entre nós cuiabanos, isso era muito comum falar. Nós medíamos muito a competência de um gestor público se ele conseguia executar o orçamento, brigava e corria atrás, e trazia mais dinheiro do que aquilo que havia sido previsto. Aqui havia esse conceito: “Fulano, não está com nada, turma! Por quê? Devolve até dinheiro!”. Havia esse conceito aqui nos anos 70, nos anos 80.

Pelo que me consta, a Prefeitura de Cuiabá; a Prefeitura de Barão de Melgaço; a Prefeitura de Santo Antônio do Leverger; o Prefeito Cloves, que também é colega nosso, de Poconé; nós estamos atrás é de dinheiro. Nós queremos recursos. Quatrocentos milhões de euros, dos quais 87,5% a fundo perdido! E nós fazemos “cara de paisagem”. Não é conosco. Não estou nem aí...

A história não vai perdoar. Podem anotar isso aí: a história não vai perdoar essa omissão. Essa omissão. Não está de acordo? Tudo bem, façam as alterações. Ponham essa página aqui. Essa daqui vou tirar e por no meio. Não! Isso aqui está muito. Vamos tirar, vamos arrumar de acordo com cada Governo. Mas abrir mão de cento e setenta e cinco milhões de euros, isso vai ter um preço. Isso vai ter um preço! Por enquanto o preço é mais de 50% das doenças das populações dessa região por falta de saneamento básico. Cinquenta por cento dos doentes que nós atendemos no pronto-socorro e nas policlínicas são por ausência de uma política de saneamento básico em Cuiabá, em Várzea Grande e nas demais cidades.

Eu quero já encerrar a minha fala, discorrendo sobre o saneamento em Cuiabá.

Cuiabá, trezentos anos de história; 22% de esgoto tratado; 78% por tratar.

Tem uma empresa de nome SANECAP, a Prefeitura de Cuiabá. A empresa foi fundada em dezembro de 2000, e já deve cinquenta milhões de reais. Tinha um *déficit* mensal, quando nós a pegamos em janeiro, de um milhão e seiscentos mil reais por mês. Conseguimos suar sangue e baixamos para um milhão o déficit/mês. Não consegue sequer pagar a energia da empresa. Não vislumbramos, a médio prazo, nenhuma capacidade de investimento em saneamento. Nenhuma! A SANECAP não possui nenhuma capacidade de investimento! Zero! Menos um milhão/mês.

E nós abrimos mão de um projeto como o BIB Pantanal?!

Isso não é política de Governo. O BID Pantanal é política de Estado. É mais do que o Governo que é de plantão. Todos nós somos de plantão. Mas a sociedade é definitiva, o Estado é definitivo.

Ninguém tem o direito em sã consciência de abrir mão de um real. Nós temos brigado por “dez mil réis”, “cinco mil réis” aqui na Prefeitura. Essa semana eu mandei cortar o cafezinho. Acabou com isso. Não temos dinheiro para isso. Diminuí 70% de gastos com telefone, diminuí 50% de gasto com combustível. Acabamos com cinco Secretarias. Mandamos extinguir cento e cinquenta cargos para economizar, para sobrar para a sociedade, para o cidadão. E nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

abrimos mão de cento e setenta e cinco milhões de euros? Por que isso contra Cuiabá, contra o Pantanal? Por que isso? Por que isso? A troca de que?

Eu não quero mais mergulhar tecnicamente no projeto Rubem Mauro. Não quero demorar. Mas nós não temos o direito de fazer isso com o futuro nosso.

Então, eu quero parabenizar o Deputado Humberto Bosaipo, o Deputado Sérgio Ricardo - um eterno lutador pela questão ambiental aqui -, e dizer que toda e qualquer forma de mobilização que ficar definida, a Prefeitura de Cuiabá, institucionalmente, e se preciso, financeiramente, pessoalmente, estará envolvida até o último fio de cabelo.

Contem com a Prefeitura de Cuiabá. Eu tenho certeza de que com outras Prefeituras também, todas aquelas envolvidas no Programa BID pantanal, todas. Essa é uma luta necessária.

Se há incorreções, se há exageros, pois bem, que os identifique, que os anule, que os substitua, que troque. Se tem muito dinheiro para papel, consultoria... Tem? Então, faça mais dinheiro para obras, faça mais para rede coletora de esgoto. Vamos construir umas três ETEs em Cuiabá, duas ETEs em Várzea Grande, uma ETEs lá em Barão de Melgaço, em Santo Antônio do Leverger. Transforme o que achar que não é certo no que é certo. O que nós não podemos é simplesmente dar as costas para cento e setenta e cinco milhões de euros de Mato Grosso e cento e setenta e cinco milhões de euros de Mato Grosso do Sul! Só nos cabe pagar 12,5%, a título de contrapartida.

Dr. Enrique Iglesias, Presidente do BID, é um apaixonado pelo projeto. Nós não temos dificuldades em trazê-lo a Cuiabá para debater esse tema ou levá-lo a Campo Grande, junto com o Prefeito Nelzinho. Não temos nenhuma dificuldade. Nós vamos articular via o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, via o Governador Geraldo Alckmin, Serra e quem quiser nos ajudar. Vamos trazer aqui para que ele possa dizer se o BID tem interesse ou não. Há pouco, a Dr^a Vanda Angel acabou de assumir a Diretoria de Ação do BID e pode nos ajudar também.

Então, eu quero parabenizar todos os cidadãos interessados que vieram aqui, a imprensa.

Esse tema não pode mais ser escondido da sociedade. O Programa BID Pantanal é algo necessário. Não podemos abrir mão de tanto dinheiro, sob pena de sermos punidos com rigor no futuro.

A Marina Silva...

Nós temos aqui o Gilney Viana, que foi Deputado Federal, foi Deputado Estadual, é Secretário Nacional de Políticas Ambientais do Ministério. Eu estranho a ausência dele aqui. Se não foi convidado, deveria ter sido (PAUSA). Ele foi convidado. Então, há algum representante do Sr. Gilney Viana aqui? Era preciso que ele estivesse aqui. Para que? Para saber porque o Governo mudou o discurso. Antes, era o dia inteiro atrás desse BID Pantanal. Bastou mudar o Governo federal que ninguém mais discute isso. Por que?

Que venha dizer à sociedade aqui se é contra e quais são as razões para ser contra. Cuiabá não tem solução no seu saneamento básico, se não trouxer um investimento impactante à nossa receita. A empresa está quebrada, falida. Deve cinquenta milhões. Cinquenta por cento da água coletada é perdida nos encanamentos. Quarenta e nove por cento da população não paga pela água. Não tem capacidade de investimento. O Estado não está mais na questão do saneamento. Como é que nós vamos avançar?

Então, na condição de Prefeito, nós temos mesmo que ir à luta. Se for preciso, usar todas as estratégias necessárias, para que esse assunto possa ser presença constante na mídia. É preciso que nos organizemos para que possamos encaminhá-lo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Nos próximos quinze dias a Frente Nacional dos Prefeitos estará com o Presidente Lula. Nós seremos recebidos em uma audiência para tratar do barateamento da tarifa do transporte coletivo urbano. Eu não vou perder a oportunidade, vou dizer ao Presidente Lula, reservadamente, que nos receba. Mais do que à Marina, iremos ao Presidente Lula. Ele está pensando em vir a Mato Grosso. Depois de eleito não voltou mais a Cuiabá. Vamos ver se ele volta agora, que é véspera de eleição. Realmente, é um período mais favorável ao retorno. Vamos ver se ele volta aqui e vamos colocar esse tema em pauta.

Então, parabéns a todos que aceitaram debater e a você, Moacir. Eu sei que não depende só de você. Você é um Secretário de Estado e não tem o poder decisório. O Promotor de Justiça, Dr. Domingos Sávio, que, após uma estada em Florianópolis de dois anos, fazendo seu Mestrado em Políticas Ambientais, retorna com todo fôlego, com todo gás, que retome essa bandeira importante.

Deputados estaduais e federais, que os senhores possam, junto com as Prefeituras Municipais, com as Câmaras Municipais, com o Ministério Público... O Ministério Público tem que vir para essa luta conosco. O Ministério Público conhece muito bem esse assunto, ajudou a construir essa solução e que o Ministério Público possa nos ajudar também.

Parabéns a todos que se interessaram e vieram participar dessa importantíssima, talvez a mais importante audiência pública dos últimos tempos aqui na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir a Deputada Celcita Pinheiro.

A SR^a CELCITA PINHEIRO - Acho que todos da Mesa já foram cumprimentados.

Vou cumprimentar, na pessoa do Presidente desta Audiência Pública, Deputado Humberto Bosaipo, já o parabenizo por esta, os Srs. Secretários, Prefeitos, representantes de Prefeituras, ONGs aqui presentes, universidades e pessoas que estão interessadas nesse movimento.

Eu não vou falar, mas pontuar os assuntos. Aqui já foi falado de técnica. Tudo aqui já foi exposto aqui, já defendeu, já batalhou, já se fez bastante lutas partidárias, políticas, neste plenário. Eu gostaria de fazer a pontualização.

Nós fizemos, no ano passado, um livro sobre o Pantanal, sobre as águas do Pantanal. Distribuímos para Mato Grosso inteiro essa ação. Eu tenho o apoio da UNEMAT. Minha irmã trabalha lá, ela é doutorada, mestrada em Ecologia e só faz isso na vida, defender o Pantanal, a Carolina Joana, que está aqui presente.

Eu gostaria de dizer também... Eu não sou da Comissão de Meio Ambiente, sou da Comissão de Educação, mas eu acredito que o meio ambiente só irá mudar quando todos nós formos educados para fazer todo esse trabalho.

Nós aqui adultos já não temos, vamos dizer, conserto. Então, temos que trabalhar a educação ambiental para que os nossos filhos cresçam com essa formação de defender o meio ambiente. Eu acredito nisso e por isso batalho por essa parte.

Eu gostaria de dizer também que na reformulação do projeto, acho que era justo e deveria acontecer. Eu acho que nós temos uma instituição, como a EMPAER, que pode fazer um trabalho, temos que valorizar as instituições que temos no Estado. Que a EMPAER também colabore e possa contribuir, como contribuiu.

Gostaria de dizer também que no projeto passado, quando foi apresentado para a Bancada Federal lá em Brasília, havia um asfalto de Cuiabá a Santo Antônio de Leverger, sendo que ali já estava asfaltado. Então, acho que essa reforma foi necessária. Já havia isso, estava no projeto,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

já está asfaltado Cuiabá até Santo Antônio de Leverger. Então, a reforma foi necessária. Eu vi nesse projeto. Por isso, acho que este momento é ímpar para discutirmos esse assunto.

Acredito que, neste momento, que apresentou o projeto... Quero que, nesta manhã, saíamos daqui com um documento do que realmente Mato Grosso do Sul e Mato Grosso querem e desejam. Também acho que é no sofrimento que nos unirmos. Houve a divisão do Estado, mas hoje nós voltamos a nos unir em defesa do Pantanal.

Gostaria de dizer para Vossas Excelências que o Deputado Federal Moca, do PMDB, de Mato Grosso do Sul, já havia nos convidado, na semana passada, já está providenciando... Todos nós temos uma coordenação de bancada. Então, o que estamos providenciando? Uma audiência com a Ministra para ela nos falar realmente o que ela quer com esse BID Pantanal. E vamos marcar uma audiência também com o Presidente da República, para deixarmos claro o que realmente podemos fazer. Se era contrapartida, se o Governo do Estado já disse que vai dar contrapartida, então, eu acho que não há razão de haver esse corte, acabar com esse grande projeto que é para Mato Grosso. É projeto para Mato Grosso, para a população.

Então, quero sair, nesta manhã, com essa certeza de que vai sair um documento aqui para que possamos realmente, nessa audiência, convidar já todo mundo, deputados estaduais, vereadores. Nós vamos avisar o dia da audiência para chegarmos lá com esse documento e apresentar para a Ministra, para que ela possa realmente verificar qual é o sentimento do povo mato-grossense, de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Agradeço a presença de todos vocês.

Gostaria de dizer que vamos continuar unidos neste movimento, que não termina aqui esta Audiência Pública. Vamos continuar unidos para que possamos fazer esse grande trabalho em defesa do Pantanal Mato-grossense.

Já vi aqui, no passado, uma reunião de todos os Prefeitos da Baixada Cuiabana. Então, esse movimento também tem que continuar em defesa do Pantanal. Eu acho que o momento mais importante é o questionamento. Todas as pessoas estão ansiosas para questionar Secretários, Deputados, para verem qual é o trabalho realmente que está sendo feito em defesa do Pantanal. Muito obrigado. Um grande abraço por este momento (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPÓ) - Com a palavra, o Deputado Sérgio Ricardo, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

O SR. SÉRGIO RICARDO - Primeiramente, cumprimento o Deputado Humberto Bosaipo, parabenizando-o pela iniciativa; cumprimento o Deputado Waldir Neves, Presidente da Comissão de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul; cumprimento a Deputada Celcita Pinheiro, a Deputada Teté Bezerra, os Prefeitos, os Deputados, os Secretários que estão aqui hoje.

Quando da realização daquela audiência pública em Campo Grande, Deputado Waldir Neves, eu ouvi a fala do Sr. Valmir Ortega, eu já imaginei que aquilo era um anúncio do que a Ministra acabou de dizer agora, meio que anunciou o fim do Programa Pantanal. E quando se usa o dia 05 de junho... Nós aqui vamos abraçar o rio Cuiabá, numa ação conjunta com os Prefeitos dos Municípios, com os Deputados, com a sociedade. Ela vai usar o dia 05 de junho, que é o Dia Internacional do Meio Ambiente, para anunciar o fim, talvez, do maior programa ambiental deste planeta. E justamente daqui, onde é a única região do mundo que tem três ecossistemas: o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia. Em lugar nenhum do mundo nós temos essa diversidade.

Eu não tenho dúvida de que nós temos que dividir essa história em duas partes, Deputado Humberto Bosaipo. Uma, do que foi até agora. Até agora nós temos de concreto que o programa está para terminar. Então, não adianta ficarmos perdendo tempo com o que já foi, o que deixou de ser feito, quem deixou de fazer, quem não agiu, quem não atuou. Isso não adianta mais! Já

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

foi o tempo! Agora, nós estamos diante de uma realidade que pode a qualquer momento, devido ao entendimento de um Ministro de Estado definir o fim de um programa da importância que é esse Programa Pantanal.

Disseram aqui hoje que trouxeram a Ministra Marina Silva aqui, levaram-na, Deputado Waldir Neves, para sobrevoar o Pantanal, todos os córregos. São 20 córregos em Cuiabá, 06 em Várzea Grande que despejam 20 toneladas de lixo o dia inteiro no rio Cuiabá. Eu fiz esse caminho de Cuiabá ao Pantanal, fui indo e encontrando, acompanhando os garrafões, as garrafas, pedaços de geladeira, tudo descendo para o Pantanal. Chega ali, tem um canal que entra para a Baía de Chacororé, sai do rio Cuiabá e entra à esquerda, e fui acompanhando. Quando eu voltei à tarde, tudo aquilo continuou andando o dia inteiro, sendo levado lá para a Baía de Siá Mariana e para a Baía de Chacororé. Hoje, não se consegue mais ir para a Baía de Siá Mariana pela Baía de Chacororé. Todos os canais estão entupidos. Quer dizer, na semana retrasada, eu fiz uma reportagem e tive que ir lá pela Baía de Siá Mariana, porque não se consegue mais entrar por aqui. E agora o lixo da Baía de Chacororé já está entrando na Baía de Siá Mariana também. Enfim, o Pantanal já recebeu ao longo desses anos... Está lá o lixo, para quem quiser ver.

Daí, levaram a Ministra Marina Silva para sobrevoar, viu tudo, o Pantanal, o lixo lá, e no final, ela disse assim: “Ah, que pena que o meu coraçãozinho bate pela Amazônia!” Isso quer dizer, então, que nós não podemos ficar aqui aguardando que a Marina Silva, ou que outra ministra, ou outro ministro qualquer, decida sobre a vida do Centro-Oeste, a vida desses dois Estados.

Então, por isso que eu digo: uma coisa é o que foi até hoje, Deputado Waldir Neves, outra coisa é o que vai ser daqui para frente, porque não tem outra solução se não for um levante, uma marcha para Brasília, e definições. Aqui é o seguinte: o que fazer a partir de agora? Não adianta mais conversar, conversar. São datas e ações. Datas e ações!

Só em Mato Grosso são mais de cinquenta municípios que seriam beneficiados. Cuiabá e Várzea... Inclusive, eu apresentei recentemente um projeto para a criação da região metropolitana em Cuiabá, Várzea Grande e os municípios limítrofes aqui.

Afinal, disse o Prefeito Wilson Santos aqui, Secretário Yenês Magalhães, Cuiabá tem 78% de esgoto a ser tratado, mas nós poderíamos até dizer: não, mas daqui a pouco a gente resolve isso. Se Cuiabá não crescesse, se Cuiabá continuasse do jeito que está para o resto da vida! Cuiabá é a capital, proporcionalmente, que mais cresce no país. Nós somos a última fronteira de expansão do Brasil. É para cá que todo mundo vem.

Então, esse problema hoje de 78% de esgoto a ser tratado só vai aumentar. Nós só vamos continuar com o problema crescendo. Reconheço que não existe outro lugar para se buscar dinheiro, digo a questão de Cuiabá, de Várzea Grande, principalmente, que são as maiores cidades do Estado. Se não tem outro lugar para buscar dinheiro para resolver os problemas que Cuiabá tem hoje e que vai enfrentar daqui para frente... Nós temos hoje aí a previsão para Cuiabá, dos trezentos anos, é de um milhão e meio de habitantes. Quando eu digo as grandes, contando com Várzea Grande também, daqui a pouco, nos próximos quinze anos, e quinze anos vão passar rápido, a Cuiabá dos trezentos anos, aqui na baixadas vão ser mais de um milhão e meio de habitantes. Se hoje nós temos um problema grande, amanhã vamos ter um problema maior ainda e não tem como buscar dinheiro.

Se hoje perguntar: cadê o dinheiro do BID Pantanal? Cadê o dinheiro? Eu duvido que alguém saiba responder onde está. Era o dinheiro que veio, estava lá numa conta, cadê esse dinheiro? Ninguém mais sabe dizer para onde foi. Foi para outros programas? O problema é que ninguém sabe dizer onde é que está o dinheiro! Então, nós temos o dinheiro? Nós não sabemos mais para onde foi o dinheiro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

O problema é uma Ministra vir aqui, Deputado Ságuas e dizer: “Ah, o meu coraçãozinho bate pela Amazônia.” E aí?

Então, se o nosso coração é que bate pelo Centro-Oeste, por esses dois estados, Deputado Humberto Bosaipo, nós temos que, a partir de agora, datas e ações. Não adianta mais conversações, são datas e ações. Ir todo mundo, são cinquenta municípios em Mato Grosso, todos os Deputados de Mato Grosso do Sul, governadores, prefeitos, secretários, as organizações não-governamentais, o povo, vamos começar a visitar em bloco, em volume, todas as pessoas envolvidas, ministros, Presidente da República. Uma ida nossa lá e ficar mil pessoas lá em frente ao Planalto, Dante de Oliveira, pedindo pelo Pantanal, pela continuidade do programa, vai funcionar.

Acontece que até hoje nada de volumoso aconteceu, ficam as audiências ficam as conversações, ficam as iniciativas, mas até hoje nada pesado aconteceu para defender o Programa Pantanal. Nunca vi.

Estou em Mato Grosso há vinte e cinco anos, só ouço conversa, só vejo conversa. Agora não dá mais conversa, porque só na conversa o programa vai acabar. Eu diria que a partir de agora é ação, e com datas e ações definidas. Eu diria que já tem que ter data, Deputado Humberto Bosaipo, para as próximas ações. É agir. São ações com datas determinadas, porque senão o programa vai acabar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós vamos ouvir a Deputada Teté Bezerra e, em seguida, o Sr. Hugo, do IBAMA.

A SR^a. TETÉ BEZERRA - Bom-dia a todos.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Humberto Bosaipo pela realização da Audiência Pública; cumprimentar o Deputado Sérgio Ricardo, Presidente da Comissão de Meio Ambiente dessa Casa; cumprimentar o Deputado Waldir Neves; Presidente da Comissão de Mato Grosso do Sul, da Assembléia de Mato Grosso do Sul; os demais Deputados; autoridades aqui presentes; Prefeitos; Vice-Prefeito; minha colega Deputada Celcita; o Ex-Governador Dante de Oliveira.

Bem, eu gostaria de pegar o gancho que o Deputado Sérgio Ricardo coloca, onde ele diz que elaboração de projetos, discursos e posicionamentos já foram tempo de serem realizados. Eu acho que agora o Projeto existe e nós temos que partir para ação prática. Eu poderia aqui estar colocando de que poderíamos também fazer uma audiência pública em Brasília ou apresentarmos requerimentos cobrando do Ministério de Meio Ambiente posicionamento, inclusive que dissesse com relação a relatórios, pelo que foi colocado aqui, não estão sendo enviados ao BID, ao Banco.

Mas eu acho que as ações têm que ser ações práticas. No ano passado, em uma audiência na Comissão de Meio Ambiente, onde a Ministra Marina Silva estava presente, eu levantei a questão da preocupação que Mato Grosso tinha em não ver esse programa sair do papel. Na verdade, o que nós estamos vendo é apenas a elaboração de projetos até agora, a necessidade de se implementar esse programa, que já foi aqui colocado pelo Prefeito e pelas autoridades que me antecederam, a necessidade visando principalmente a questão ambiental e a questão do saneamento básico, e eu colocava à Ministra o desejo que Mato Grosso tem, que a nossa população tem, de ver esse programa sair do papel e começar a ser implementado. E a Ministra respondeu-me que, em função do acordo que o Governo tinha feito com o FMI e pelo contingenciamento que o seu Ministério tinha sofrido nos anos de 2003 e de 2004, era humanamente impossível fazer com que esse programa saísse do papel e fosse implementado.

Bom, nós já estamos no ano de 2005. Hoje, o Brasil não tem mais um acordo com o FMI; hoje, nós não temos mais a restrição de, inclusive, com relação aos empréstimos internacionais, que havia um acordo com o FMI. Então, eu acho que chegou o momento de nos posicionarmos politicamente porque não é mais possível vermos o país, enquanto não se tem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

dinheiro para dar a contrapartida ou até para fazer o endividamento do país, nós estamos vendo o país pagar juros da dívida externa de maneira estratosférica, que antes nunca foi paga. Então, nós temos que hoje dizer que esses recursos que estão sendo pagos da dívida externa poderiam estar sendo pagos e investidos na área social. E quando nós vemos também os recursos investidos na área social de todos os Ministérios, no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério da Saúde, vemos que está tendo um declínio cada vez maior.

Então, eu quero aqui endossar as palavras dos companheiros que me antecederam e me colocar à disposição. Quero reforçar aquilo que a Deputada Celcita Pinheiro colocou. Nós já conversamos com o Deputado Moca e com outros Parlamentares de Mato Grosso do Sul, e vamos estar juntos com as Assembléias Legislativas dos dois Estados encabeçando essa questão. Eu acho que nós temos que levar essa proposta de fazermos, talvez, uma reunião preliminar em Brasília, com as duas Bancadas Estaduais, com as duas Comissões do Meio Ambiente das Assembléias Legislativas, com as duas Bancadas Federais, tanto da Câmara como do Senado, convocar os Governos do Estado, tanto de Mato Grosso do Sul como de Mato Grosso, através do Secretário de Meio Ambiente, para estarem presentes. E que nós possamos tirar uma posição comum. A posição nós já temos, é em defesa do Projeto BID/Pantanal. E que, efetivamente, ele possa sair do papel e vir à ação prática.

Então, eu quero me colocar aqui à disposição. E dizer que nós, efetivamente, possamos sair daqui com uma agenda para Brasília, com uma data. Eu acredito que tenha que ser na próxima semana e nos colocar à disposição para que possamos, a partir desta reunião em Brasília, desencadear uma série de ações em conjunto para que possamos tirar uma posição oficial do Governo. Eu não acredito que o Governo possa ter coragem, simplesmente, como foi colocado aqui de, no Dia do Meio Ambiente, anunciar a não execução desse programa. Eu acho que seria uma extrema insensatez do Governo e eu não acredito que se possa chegar a esse momento de tomar essa posição.

Então, era apenas isso, Deputado Humberto Bosaipo - Vossa Excelência que Preside esta audiência, que foi autor e que teve a sensibilidade de ver a necessidade de o Estado estar também defendendo essa questão importante para Mato Grosso. Que Vossa Excelência, no finalmente desta reunião, possa deflagrar uma reunião em Brasília, para que possamos, em conjunto, estar encaminhando ações em defesa do Programa BID Pantanal.

Era apenas isso. Bom dia a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - O ex-Governador Dante de Oliveira quer fazer uma intervenção e uma sugestão.

O SR. DANTE MARTINS DE OLIVEIRA - Eu só queria pedir, principalmente às organizações não-governamentais aqui presentes e também, lógico, aos Parlamentares, que mobilizássemos também todos os membros, vamos dizer assim, da imprensa nacional, que escrevem permanentemente sobre a questão ambiental. Eles podem também ser fortes aliados nossos na pressão junto ao Governo federal: a *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, enfim, *sites*... Alimentar todos esses órgãos de imprensa para fazerem a nossa defesa e ajudarem nessa luta.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir o Dr. Hugo José Scheuer Werle, Gerente do IBAMA de Mato Grosso.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Muito bom dia a todos.

Agradeço, em primeiro lugar, ao convite formulado pelo Deputado Humberto Bosaipo, inclusive a insistência ao nosso comparecimento nesta audiência pública, até porque, como Gerente do IBAMA no Estado de Mato Grosso, somos responsáveis pelas ações ambientais no Estado, todavia não somos responsáveis pelo Programa Pantanal e BID Pantanal.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Eu quero cumprimentar todos da mesa na pessoa do ex-Governador Dante de Oliveira, bem como os participantes desta audiência pública, particularmente os meus colegas acadêmicos, diversos aqui presentes, a Kátia, Paulo Modesto, Francisco e tantos outros aí.

Em primeiro lugar, uma observação.

Interessante entendermos que uma boa parte que está aqui... É um debate político, na verdade. E por ser um debate político até deixo ao Deputado Ságuas para fazer a defesa política, porque houve diversas manifestações com certo cunho político. Mas não poderia deixar de tecer elogios a excelente escola de oratória dos membros do PSDB, ex-Governador Dante de Oliveira, Prefeito Wilson Santos, Deputado de Mato Grosso do Sul, que, ao que tudo indica, a oratória é muito boa. Mas ações muitas vezes deixam a desejar.

Razão pela qual eu vou apontar dizendo que, se a preocupação ambiental realmente fosse tão grande, o zoneamento socioeconômico-ecológico já estaria há muito tempo aprovado na Assembléia Legislativa, e estaria sendo implementado. Faço um apelo novamente ao nobre Deputado Humberto Bosaipo, membro desta Casa, e aos outros Deputados desta Casa: façam rodar, façam andar o zoneamento socioeconômico-ecológico para que no futuro ele não seja um ordenamento socioeconômico-ecológico.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Só comunicando a Vossa Excelência que as audiências públicas já estão com datas. Vossa Excelência depois poderá acessar o *site* da Assembléia Legislativa. O zoneamento socioeconômico-ambiental já está sendo debatido por esta Casa.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Muito obrigado. Tenho certeza de que os resultados daí advindos auxiliarão na questão do Programa Pantanal.

Através das manifestações que ouvimos, aqui, percebemos muita desinformação. Uma primeira, que eu acho importante e quero deixar clara, é que o dinheiro do BID não é um dinheiro a fundo perdido. Pelo contrário, é um dinheiro sobre o qual se paga 6% de juros ao ano. É um dinheiro caro! É mais do que isso. É um dinheiro que foi aportado há bastante tempo e já se está pagando juros desde o Governo passado, o Governo Fernando Henrique Cardoso. Então, esse é um dado importante. Ele faz parte da nossa dívida externa. Tenham claro isso, senhoras e senhores.

Uma outra questão que tem que ser esclarecida para todos os participantes desta audiência pública é de que o Programa Pantanal não vai ser extinto no dia 05 de junho, Dia do Meio Ambiente. Aliás, casuisticamente colocado por diversos dos oradores que me antecederam, tentando colocar a situação como se a Ministra não tivesse sensibilidade, e mais do que isso, por duas vezes a Ministra foi citada como uma pessoa não sensível à causa ambiental, particularmente não sensível ao Pantanal Mato-grossense. E, isso é falso! Isso não é verdadeiro. A Ministra tem olhado para todo o Brasil com os olhos de quem cuida do meio ambiente, não só na Amazônia, como no Sul, Sudeste, Centro-Oeste e, também, na Amazônia. Obviamente que por ser da Amazônia e por ter a Amazônia os olhos do mundo voltados a ela, talvez haja uma ênfase. Todavia, falar de que o coração dela bate pela Amazônia, falar de que é um projeto megalomaniaco, são coisas que o microfone aceita. Duvido que os senhores e as senhoras, membros desta audiência pública acreditem que isso tenha sido dito pela eminente Ministra, conhecendo a história dela.

Então, senhoras e senhores, eu gostaria de apresentar uma sucessão de eslaides que vão tentar deixar um pouco mais claro esse meneio geral de desinformação que temos aqui...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu só gostaria de comunicar ao orador que o tempo está correndo. Nós temos inscritas sete pessoas para debater e mais os membros da Mesa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Sem dúvida, Deputado. O senhor é Presidente dos trabalhos e o senhor é quem decide se há interesse ou não em ver as informações que temos para apresentar, até para esclarecer à platéia.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu gostaria que o senhor fosse objetivo. A questão política já foi colocada. Aqui é uma audiência pública, cada um pode colocar. Inclusive, essa audiência pública está sendo gravada. Nós vamos mandar a cópia para quem interessar. Mas gostaria que entrasse no debate...

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Perfeitamente!

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Questão política é ano que vem e nós vamos ver como é que vai ficar essa questão...

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Perfeitamente, Deputado!

É exatamente isso que estou tentando fazer. Até perdemos esse tempo do debate...

Algumas das coisas que nós vamos apresentar aqui rapidamente já foram colocadas, já foram ponderadas, nós só vamos apontá-las de forma mais acelerada. (O ORADOR FAZ USO DE *DATA-SHOW*.)

Nós temos os antecedentes do Programa Pantanal...

Em 1995, o Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul enviam propostas para a COFIEIX, Ministério de Planejamento, com projetos com foco em infra-estrutura.

Em 1997, houve a recomendação da federalização pela SEAIN. O MMA assume a coordenação do processo preparatório.

Em 1999, a COFIEIX aprova a proposta de financiamento de duas fases, de duzentos milhões cada.

Em 2000, a Missão de Análise do BID aprova o programa. O Pantanal é declarado Reserva da Biosfera.

Em 2001, a União assina contrato com o BID e o Programa Pantanal é incluído nos Programas Estratégicos. Ocorrem os primeiros desembolsos aos co-executores.

Algumas fragilidades identificadas no programa foram:

- no início do programa estava condicionado ao cumprimento de vinte e sete condições prévias ao primeiro desembolso, cumpridas sete meses após a assinatura do contrato;
- falta de regras padronizadas para os procedimentos operacionais, manuais da licitação, manuais de operação, sistema de informação;
- falta de capacitação junto aos executores para correta execução dos recursos; e
- a expectativa da contratação da empresa gerenciadora, gerou a síndrome da dependência e a inércia das instituições envolvidas.

Não sei se os senhores lembram, havia já um contrato assinado com uma empresa do Rio de Janeiro, não me recordo o nome agora, que seria gerenciadora desse programa... CONCREMAT, exatamente. Então, isso gerou um atraso maior ainda e foi, justamente, na transição entre o Governo Fernando Henrique e Lula.

Estratégias para sustentabilidade institucional do programa recebeu:

- reformulação das estruturas de coordenação adequadas, administrando dos projetos contratados e a complexidade de atividades a serem executadas;
- capacitação dos quadros, implementação de instrumento de gestão, adoção de ferramentas para o monitoramento da execução de projetos;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

- estabelecimento de uma estratégia de comunicação social de amplo espectro, coordenação das ações de educação ambiental e mobilização dos atores sociais envolvidos;
- fortalecimento de fóruns públicos locais e regionais de discussão e proposição de política de desenvolvimento para região, com foco na Reserva da Biosfera.

Revisão das estratégias de execução:

- houve uma redução do custo financeiro;
 - corte dos ganhos cambiais e ajustes nas metas e ações previstas;
- compartilhamento da execução orçamentária foi feito entre quatro ministérios, não mais em um, que era o Ministério do Meio Ambiente apenas, o Ministério das Cidades, saneamento pela FUNASA, Ministério da Integração, e estradas pelo Ministério dos Transportes.

Então, as diretrizes para revisão administração do programa passaram de 20,8 bilhões para 6,9 milhões. Depois, a gestão de recursos hídricos passou de 24,3 milhões para 6,2 milhões. Esse material já está disponível, já está disponível para todos vocês.

Gestão e administração do programa: havia previsão de estruturação e custeio das equipes de coordenação nacional e estaduais, empresa privada de apoio gerencial. Na revisão do programa, a gestão e administração do programa diminuiu os valores e houve ênfase no fortalecimento institucional dos executores, o que é muito positivo, porque os órgãos ambientais estaduais, os órgãos ambientais federais acabaram tendo possibilidade de qualificação de seu quadro, monitoramento e avaliação do programa e da qualidade ambiental do pantanal, participação social e reserva da biosfera.

Gestão de recursos hídricos, na versão anterior, era promover a melhoria da qualidade e disponibilidade de águas subterrâneas e de superfície, a partir do desenvolvimento de modelos de gestão de recursos hídricos, com a finalidade de implementar a outorga, o monitoramento, o sistema estadual de informação, o ordenamento da gestão e a fiscalização. Na versão atual, que teve diminuído seus recursos de 24,3 para 6,2 milhões de dólares, foi dado ênfase à elaboração dos Planos Estaduais, como forma de pactuar a implementação da Política de Recursos Hídricos; instalação de Comitês de Bacias prioritárias; implementação do Cadastro de Usuários e Outorga de Uso; fortalecimento da integração entre a Agência Nacional de Águas e os órgãos gestores estaduais, que já está acontecendo na prática.

Gestão de solos e agrotóxicos, na primeira proposta, o valor era de 36,9 milhões e passou para uma proposta de 10,9 milhões. A proposta inicial era reduzir a sedimentação por assoreamento e a contaminação por agrotóxicos das sub-bacias críticas dos rios Vermelho e São Lourenço em Mato Grosso e dos rios Miranda e Taquari em Mato Grosso do Sul, por meio do desenvolvimento e implementação de planos de gerenciamento das sub-bacias.

A ênfase após a revisão ficou na alteração da forma de implementação das ações; redução do investimento direto e ampliação da participação financeira dos municípios e dos produtores rurais; integração da participação do núcleo das promotorias de meio ambiente da Bacia do Rio Paraguai.

Não sei se o Domingos Sávio está aqui ainda.

A próxima pretensão é a gestão dos ecossistemas da ictiofauna e da fauna. A ênfase era preservar e conservar os ecossistemas representativos da BAP, protegendo-os através do controle e da fiscalização ambiental. Passou a ser proteção e gestão dos ecossistemas, execução direta da elaboração dos planos de manejo, que, de fato, já está acontecendo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Um dado interessante, que eu acho irá agradar a maioria, é que ao invés de contratar empresas de consultoria, que faziam aqueles megalomaniacos planos de manejo a alto custo, os órgãos ambientais estaduais e o órgão ambiental federal foram preparados para fazerem os planos de manejo das suas unidades de conservação. Um fator extremamente positivo. Na verdade, já está acontecendo a execução do plano de manejo do Parque da Chapada e do Parque da Bodoquena, em Mato Grosso do Sul.

E também priorizar as ações de pesquisas para o manejo dos recursos pesqueiros e fortalecer a capacidade de fiscalização e controle da Polícia Ambiental e Corpo de Bombeiros. Portanto, um investimento direto na questão da fiscalização.

Apoio às atividades ambientalmente sustentáveis, de 10,9 milhões passou 6,5 milhões: estimular atividades econômicas ambientalmente sustentáveis no Pantanal por meio dos seguintes subcomponentes: criação e gestão dos recursos pesqueiros, ecoturismo e agricultura sustentável.

Com a revisão, essa proposta ficou: fomentar a promoção de negócios sustentáveis, integrando a capacitação, a estruturação de novas cadeias positivas com financiamento e ação coordenada pelo Ministério da Integração Nacional.

De fato, isso está acontecendo com a questão do jacaré e de outras atividades econômicas do Pantanal.

Apoio às populações indígenas, finalmente, é o último tópico, depois falaremos disso, rapidamente, para fechar o resumo. A proposta de 8,6 milhões passou a ter 4,5 milhões. Anteriormente, era promover a melhoria das condições ambientais e da qualidade de se viver em terras indígenas na BAP, apoiando o desenvolvimento de processos sustentáveis de manejo e uso dos recursos naturais; o incremento da produção local de alimentos e a identificação e promoção de alternativas para geração de renda, incluindo a comercialização de artesanato de forma compatível com a cultura e tradição de cada povo. Passaram a ser priorizadas ações de capacitação e fortalecimento da autonomia das comunidades, integrar outros Ministérios e órgãos estaduais (Ministério de Desenvolvimento Social, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério de Educação e Cultura, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, FUNAI/Ministério da Justiça); implementar um programa de formação superior indígena, como elemento estruturador do componente em Mato Grosso do Sul, porque Mato Grosso já tem isso; ampliar a participação do Estados no financiamento da contrapartida.

Saneamento urbano, aqui tem um detalhe importante. É uma pena que o Prefeito Wilson Santos não esteja presente agora, mas para as autoridades municipais, a Presidente da SANECAP, houve uma ampliação nos recursos para saneamento. Então, como eu falei, tem muita desinformação aí. Eram 49,2 milhões e passou a ser 75,6 milhões de reais. A proposta inicial era melhorar a qualidade das águas dos rios contribuintes à planície pantaneira por meio da estruturação sanitária das cidades, concentrando seus esforços na melhoria operacional, nos sistemas de água, instalação da rede de esgoto e estações de tratamento e diferenciando o plano estratégico de gestão e resíduos sólidos.

Ficou assim: para Mato Grosso do Sul - ampliar a participação da contrapartida estadual, incorporando recursos e parcerias; e Mato Grosso - apoiar a elaboração de política estadual no saneamento e da modelagem do sistema estadual; aprofundar o diagnóstico e a capacitação de gestão de resíduos sólidos.

Finalmente, estradas parques e estradas cênicas, estavam previstos 98,8 milhões e permaneceu, próximo disso, 75 milhões de reais.

Garantir acesso permanente às unidades de conservação, promover a integração das unidades de conservação, às áreas potenciais para o ecoturismo, criar condições facilitadoras

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

para a conservação das paisagens e dos recursos naturais para a fiscalização e controle de incêndios e queimadas.

Após a revisão ficou: ampliação da participação dos Estado, com recursos e contrapartidas, ampliar as ações de desenvolvimento local e fomento do ecoturismo e, finalmente, fortalecer os instrumentos de gestão das unidades de conservação - enquadrar essas unidades no sistema nacional de unidades de conservação.

Tem uma última tabela aí, que é o resumo de tudo, que eu acho importante colocarmos de forma a que os senhores tenham uma visão sinótica do que de fato está previsto, dizendo ainda que esses recursos, cujo total inicial previsto era de 274 milhões e passou para 197,30 milhões, previsto para serem gastos em quatro anos.

Nós já estamos executando uma série de ações, como já foi falado aqui, por exemplo, o IBAMA já está iniciando o processo de licitação da construção do centro de triagem de animais aqui em Mato Grosso e o centro de triagem de animais de Mato Grosso do Sul está sendo remodelado, revista a sua localização.

Por outro lado, também estão sendo feitos os planos de manejo das unidades de conservação na Chapada e na Bodoquena e tem uma série de ações que são mais diretamente ligadas ao Governo do Estado, mas também algumas ligadas ao IBAMA, que estão, de fato, sendo executadas.

Portanto, que não tem dinheiro não é verdade; em segundo lugar, eu gostaria de afirmar que algumas ações estão sendo executadas; em terceiro, o montante do orçamento do Programa Pantanal era muito grande para o orçamento do IBAMA; e, finalmente, IBAMA, desculpe-me, o Ministério do Meio Ambiente não tem capacidade técnica para ficar construindo estradas, para ficar fazendo rede de saneamento, razão pela qual os recursos do Programa Pantanal foram diluídos nos diferentes ministérios.

Aqui então está um resumo. Vocês todos já acompanharam ao longo do processo. Estão na administração do programa. Passou de 20,8 para 6,9 milhões.

Gestão de recursos hídricos, passou de 24,3 milhões para 6,2 milhões. Gestão dos solos e agrotóxicos, passou de 36,9 milhões para 10,10 milhões. Proteção e gestão do ecossistema da ictiofauna e da fauna, no caso da criação do jacaré, capivara, e tantas outras coisas, passou de 22,5 milhões para 12,6 milhões. Saneamento urbano, 46,2 para 75,5 milhões, portanto, aumentou. Apoio atividades econômicas e sustentáveis sustentável, 19,9 milhões para 8,6 milhões. Estradas Parques e estradas cênicas, 91,8 milhões para 75 milhões. De apoio às populações indígenas, de 8,6 milhões para 4,5 milhões, totalizando, antes da reprogramação, 274 milhões de reais, e, agora, 197,3 milhões de reais, repetindo, para serem gastos em quatro anos.

É importante ainda ressaltar que nós temos claro de que o Programa Pantanal é um programa extremamente complexo, mas também não é apenas e tão-somente a atual gestão que se deve eventuais problemas e falhas na implementação.

Ao longo dessa apresentação que eu fiz, os senhores puderam ver que desde a sua preparação até finalmente a revisão, havia uma série de problemas.

A Deputada Celcita Pinheiro foi uma que apontou o revestimento asfáltico da rodovia Cuiabá até Santo Antônio de Leverger um erro complicado.

Também repetimos, só para finalizar, Deputado, de que não é um dinheiro a fundo perdido, como equivocadamente o Prefeito Wilson Santos colocou. A bem da verdade, um dinheiro que paga juro de 6% ao ano, que é bastante elevado para as circunstâncias que o Brasil vive agora, a ponto de que o que está sendo avaliado não é o término do programa, mas, sim, o final do empréstimo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

E quanto ao depoimento do colega da ECOA, de Mato Grosso do Sul - talvez o Domingos Iglesias fique até chateado, ex-Governador Dante de Oliveira possa também, como diz, ficar até chateado, mas o banco continua sendo um banco de negócio, continua sendo um banco que quer ganhar dinheiro em cima de juros.

Vocês têm dinheiro para emprestar? Então, com empréstimo antigo, assinado há dez, quinze anos, e que o juro era alto, e agora está mais baixo, interessa a ele manter as condições de há dez anos atrás da assinatura desse empréstimo.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradecemos o Dr. Hugo José Scheuer Werle, Gerente do IBAMA de Mato Grosso.

Tem um Memorando sobre a mesa, com os seguintes termos:

“Sr. Deputado Humberto Bosaipo,

Com os nossos cordiais cumprimentos, informo que a Deputada Verinha Araújo não poderá prestigiar essa Audiência Pública, requerida por Vossa Excelência para avaliar o Programa Pantanal, por estar em viagem a São Paulo, onde participa de Seminário Nacional promovido pelo Partido dos Trabalhadores.

A Deputada deixa a sua solidariedade à luta por todas as ações que visem a preservação do meio ambiente, garantindo o desenvolvimento sustentável do Pantanal e das regiões em seu entorno.

Sem mais para o momento, renovo os manifestos de estima e consideração.

Maria das Graças Silveira

Chefe de Gabinete”

Portanto, registrada a ausência da Deputada Verinha Araújo.

Com a palavra, o nobre Deputado Nataniel de Jesus.

O SR. NATANIEL DE JESUS - Deputado Humberto Bosaipo, quero cumprimentá-lo e, em seu nome, cumprimentar toda a Mesa, e, em nome da Deputada Teté Bezerra, também quero cumprimentar todos os senhores presentes.

Deputado, outro dia nós tivemos também uma Audiência Pública aqui, de tão grande importância como esta, que falávamos também sobre recursos hídricos, onde Vossa Excelência estava aqui conosco.

É muito importante esse tema e parece que só nós aqui que vemos a importância, parece que o restante do país não vê a importância do Pantanal, o que ele representa para sobrevivência. Quando fala de Pantanal, pensa-se apenas em jacaré e nos peixes, arriscar em essência a sobrevivência do ser humano.

Nós sabemos, temos dados, que lá do outro lado do mundo milhares de pessoas estão morrendo de sede. Milhares e milhares de pessoas estão morrendo de sede! Isso todos os dias! Assim como morrem de fome, morrem também de sede. Sabemos também que o Brasil detém a maior parte de água doce do mundo, isso aí é algo generoso da parte de Deus para conosco brasileiros.

Aliás, Deus, Deputado Humberto Bosaipo, não foi só generoso em nos dar esse manancial de águas, apenas para nós brasileiros desfrutarmos; Deus também nos deu a responsabilidade de cuidar dessas águas. Vejam bem, Ele colocou aqui a maior parte de água doce do mundo, e nós brasileiros não sabemos o que fazer com tanta água. Enquanto que, do outro lado do mundo, milhares e milhares de pessoas morrem todos os dias com sede. Sede de água!

Essa responsabilidade é nossa, independentemente se os europeus, se os estrangeiros vão trazer recurso, se vão colocar a nossa disposição o recurso. Nós não podemos ficar aqui a mercê de estrangeiros. Nós não temos que ficar aqui a mercê de dólar, ou de euros. É por isso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

que eles falam lá fora que a Amazônia é patrimônio da humanidade, porque o brasileiro não cuida. Daqui a pouco eles vão dizer que o Pantanal também é patrimônio da humanidade porque brasileiro não cuida!

Nós temos uma Ministra do Meio Ambiente que vira as costas para um projeto tão importante, não somente para nós de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mas para o mundo. Assim como o Amazonas é o pulmão do mundo, o Pantanal também é reserva de água para o mundo. Nós exportamos água! E vamos continuar exportando água, assim como muitos países exportam o petróleo. O petróleo você vive sem ele, tem alternativas, mas e para a água, existe alternativas?

Então, isso que nós vemos diariamente, que o Deputado Sérgio Ricardo mostra diariamente na televisão, é um absurdo. É uma questão de consciência. Não é só cobrar Governo, não. Nós vamos cobrar Governo. Aliás, Deputada Teté Bezerra, eu queria reforçar aqui a sua fala, porque esta semana nós estivemos com a bancada federal e estadual, junto com o Governador e com alguns Secretários em Brasília para ali requerermos o asfalto, o reparo da BR-158, e tivemos sucesso. E em outras mais. Fomos todos ali - isso foi muito bem aceito pelo Ministro - obtivemos sucesso. Houve uma união dos Parlamentares - ninguém estava olhando cor de partido nem nada - e o Ministro viu ali realmente o desejo de resolver esse problema.

Eu sugiro aqui, como a senhora sugeriu, e quero reforçar, que as bancadas estadual e federal de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul se unam também, a exemplo do que nós fizemos esta semana, aliás junto também com os Governadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, porque nós não vamos lá na Ministra, porque nós não vamos até o Presidente Lula.

Afinal, o que é mais importante: a estrada ou o Pantanal? A estrada é importante, mas ali está o meio ambiente, e nós dependemos daquilo ali para a nossa sobrevivência.

Então, meus amigos, é muito importante isso. Nós não podemos aceitar simplesmente que a Ministra vire as costas para o nosso Pantanal e que ela vise, apenas e tão somente, a Amazônia. É importante, mas o Pantanal está no mesmo patamar da Amazônia.

Nós não vamos ficar aqui esperando euro, euro, euro. Nós temos, também, que ter aqui nossos projetos e ações mais diretas. Podemos ficar de braços cruzados anos após anos. E colocamos, como também o Prefeito, às vezes, a culpa nos moradores, nos habitantes de Cuiabá que não pagam a conta de água e, às vezes, a água nem chega. Eu estive no bairro Pedra 90 essa semana, segunda-feira, e lá estão fazendo um asfalto, mas não tem saneamento.

Quer dizer, coisas dessa natureza... Daqui a pouco os nossos lençóis freáticos estão todos contaminados de tanto sumidouros. Aquelas fossas que as residências têm são sumidouros, não têm ligações, não têm tratamento. Não podemos ficar colocando culpa nos moradores, porque o Estado não tem dinheiro, a Prefeitura não tem dinheiro, a SANECAP não tem dinheiro. Não podemos colocar a culpa nos moradores. O morador do bairro Pedra 90 não tem água. A água chega dia sim, dia não. E há lugar que a água não chega. E aí vão dizer que a culpa é do povo porque ele não paga a água! Espere aí!

Era isso que eu gostaria de colocar aqui, Deputado, reforçando a fala da Deputada Teté Bezerra, da bancada estadual e da bancada federal. Que possamos ir à Ministra Marina, porque ela é uma pessoa de Deus, que fala de Deus toda hora. Nós temos que cobrar dela. Eu tenho certeza que ela irá nos ouvir. Assim como o Ministro dos Transportes nos ouviu, a Ministra Marina também nos ouvirá. Agora, se ela, como pessoa de Deus, como pessoa inteligente que é, virar as costas ao Pantanal, então, eu acho que deveríamos pedir a sua substituição, porque ela não servirá para ser Ministra dessa Pasta.

Era o que eu tinha para o momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Antes do Deputado Ságuas usar da tribuna, eu quero informar que nós temos aqui um Ofício do Ministério do Meio Ambiente

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

dirigido ao Senado Federal em resposta ao Requerimento de Informação do Senador Delci de Amaral, do PT de Mato Grosso do Sul, que é Líder do Governo hoje.

Eu não vou ler todo o teor do Ofício, apenas que a Ministra diz o seguinte: “...nunca foi cogitada a possibilidade do seu arquivamento, conforme divulgado em alguns meios de comunicação.” Ela está falando do Projeto Pantanal. “...em relação à denúncia e uma Moção de Protesto da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul”.

Então, a Ministra afirma ao Senador Delci de Amaral, líder atual do Governo, que nunca foi cogitada a possibilidade do seu arquivamento, conforme divulgado em alguns meios de comunicação. Este Ofício é datado de 24 de março. Não deixa de ser um documento e um alento ao Projeto.

Vamos ouvir o Deputado Ságuas.

O SR. SÁGUAS - Deputado Humberto Bosaipo, Presidente desta audiência pública, eu quero parabenizá-lo por ter tomado essa iniciativa; Deputado Waldir Neves, do PSDB de Mato Grosso do Sul; Deputadas Federais Teté Bezzera e Celcita Pinheiro; ex-Governador Dante de Oliveira; demais componentes da Mesa; colegas Deputados; Secretário Yênes Magalhães; Secretário Moacir Pires:

Quero saudar todos e todas.

Nós estamos nesta Audiência Pública para discutir o melhor caminho, o melhor rumo a ser tomado com relação aos destinos futuros do Pantanal. É uma preocupação de todos, de toda a sociedade mato-grossense, de toda a sociedade de Mato Grosso do Sul, e de todos os políticos creio que também é preocupação, se não é, pelo menos, deveria ser.

Eu fico preocupado com algumas meias-verdades que são ditas aqui. Por exemplo, quando o Prefeito Wilson Santos diz que vai estar devolvendo dinheiro, que esse dinheiro é a fundo perdido. Não é a fundo perdido. Esse dinheiro é um financiamento, um financiamento que vai ser pago pelo Governo Federal, tem uma contrapartida do Estado de 12,5% e esse financiamento, se o Estado não vai pagar, se os municípios não vão pagar, o povo brasileiro, de um modo geral, vai pagar, vai ser incorporado na dívida pública do Brasil.

Também foi dito que no dia 05 de junho vai terminar o Programa Pantanal. Na verdade, encerra agora em 05 de junho o contrato do programa com o BID. Isso não quer dizer que vai acabar o Programa Pantanal, como bem mostrou o Hugo, que é o Gerente do IBAMA aqui, que foi feita a revisão desse Programa Pantanal, pelo atual Governo, pelo Governo Federal e que essa revisão, a partir de agora vão ser implementadas essas políticas.

Agora, eu tenho uma preocupação, sim, como todos os oradores aqui. A nossa preocupação é se o Governo Federal abrir mão da possibilidade do financiamento pelo BID, se ele vai ter recursos do orçamento da União para fazer o financiamento do Programa Pantanal. Essa é uma preocupação e eu acho que essa deve ser a nossa dúvida e essa deve ser nossa preocupação, porque hoje no orçamento do Ministério do Meio Ambiente não tem orçamento para internalizar esses recursos do BID Pantanal e nós estamos pagando juros de um dinheiro que não podemos nem colocar no orçamento, porque o orçamento do Ministério do Meio Ambiente não é grande o suficiente para internalizar esses recursos do BID Pantanal. Então, o Ministério do Meio Ambiente assumiu o compromisso, através da Ministra Marina Silva, de dar continuidade ao Programa Pantanal. E está se discutindo a possibilidade de financiamento próprio desse programa. E aí temos que ter essa preocupação. Será que vai ter recurso suficiente? Porque os nossos recursos são escassos também para investimento. Então, é nesse sentido que é a nossa preocupação.

Se o Governo afirmar que tem recursos suficientes para isso, e aí o foco da Audiência Pública tem que ser nesse rumo, nós temos que correr atrás, temos que mobilizar Mato

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Grosso, Mato Grosso do Sul, a classe política, os movimentos ligados ao meio ambiente para que possamos garantir que esses recursos entrem no orçamento.

E se o Governo falar: “Olha, nós precisamos do financiamento do BID Pantanal. Da mesma maneira temos que alargar as rubricas no orçamento do Ministério do Meio Ambiente para internacionalizar, para incorporar esses recursos do financiamento do BID Pantanal. Caso contrário, também não vai adiantar o Governo falar que quer esses financiamentos e depois não conseguir internalizar, porque não tem orçamento. Tem financeiro e não tem orçamento. E aí continua pagando juros de um dinheiro que não pode ser utilizado. Então, acho que essas são as grandes linhas que devemos perseguir. Obviamente que não podemos ficar parados. Temos que mobilizar, temos que pressionar, porque todos sabem que no meio político, independente dos Governos que aí estão, os Governos passados foram assim, no atual Governo vai ser assim, nos futuros Governos já não temos recursos suficientes. Não somos um país do Primeiro Mundo, que tem um orçamento, que tem um financeiro abundante. Temos que disputar a receita, temos que disputar orçamento. E aí isso vai acontecer sempre. E nós, se não nos mobilizarmos, com certeza, teremos dificuldade.

A transposição do rio São Francisco vai estar acontecendo agora, que é uma luta centenário do povo do Nordeste, mas conseguiram fazer com que isso virasse prioridade.

Temos também que trabalhar para que a questão do Programa Pantanal possa, de fato, estar dentro da prioridade do Ministério do Meio Ambiente também, possa ser uma das prioridades do Ministério para que possamos garantir que o Pantanal possa continuar tendo vida e gerando vida também.

Agora também é difícil escutarmos o Deputado Sérgio Ricardo aqui de uma forma pejorativa tratar a Ministra Marina Silva. A Marina Silva não virou ecologista. Ela nasceu ecologista. Ela, por natureza, é ecologista. Então, não podemos acusá-la de que depois que ela fez um sobrevôo no Pantanal, ela falou: “É uma pena que o meu coraçãozinho é amazônico”. Pára com isso! Estamos tratando de coisa séria. E assim como estamos tratando a coisa séria, temos também que falar de forma séria aqui, porque se partirmos para essas formas pejorativas de tratar a Ministra, de dizer que ela não está nem aí, que ela virou as costas para o Pantanal... O Deputado Sérgio Ricardo não está presente aqui, mas eu tenho certeza de que ele não ouviu isso da boca dela. Aí ele falou o que ouviu dizer.

Então, pára com isso. Nós somos Deputados, nós temos mandatos, nós temos que ter seriedade com relação à coisa pública, porque não adianta nada nós ficarmos acusando aqui. Se fosse para acusar, nós íamos dizer: “O Deputado Wilson Santos disse que Cuiabá tem 22% do saneamento aqui”.

Eu tenho certeza de que o Governador Dante de Oliveira fez esforço para ampliar isso aqui, dentro do Programa BID Pantanal e como não tinha recurso do Estado, o senhor lutou para que pudesse aumentar o saneamento. Eu tenho certeza de que no Governo Fernando Henrique não faltou por parte do Prefeito à época e por parte do senhor a busca de recurso para ampliar ainda mais a questão do esgotamento sanitário da Capital. E aí seria muito fácil eu dizer: Fernando Henrique ficou oito anos aí e cadê que foi conseguido os recursos para fazer o saneamento de Cuiabá, que desemboca tudo no Pantanal?

Então, não adianta ficarmos acusando aqui. Nós podemos até fazer algumas lembranças, faz parte do jogo político. Mas nós não podemos tratar a questão política de forma desonesta ou de forma pejorativa, como foi colocado por alguns aqui.

Então, eu gostaria de deixar aqui a minha preocupação e a minha solidariedade, Deputado Waldir Neves, Deputado Humberto Bosaipo, demais Deputados presentes, ex-Governador Dante de Oliveira, que eu acho que nós temos que cobrar agora do Ministério qual vai ser a forma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

de financiamento uma vez que o Ministério garante que o programa continua. É BID ou é recurso próprio? Recurso próprio, como vai ser o desembolso desse recurso? Vai estar no orçamento desse ano que vem ou não vai estar? E aí, nós precisamos, além desse movimento político, fazer um movimento com todos os movimentos sociais organizados deste Estado e de Mato Grosso do Sul, para que possamos garantir esse recurso no orçamento, ver se conseguimos ampliar um pouco este ano e já garantir no orçamento do ano que vem.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, a Sr^a Carolina Joana da Silva Nogueira.

A SR^a CAROLINA JOANA DA SILVA NOGUEIRA - Bom-dia a todos!

Eu fico bem feliz de ver todas as pessoas aqui em defesa do Pantanal, porque todos sabem que a minha luta é em defesa das águas, da biodiversidade e da cultura do Pantanal.

Quando eu vejo o meu amigo Alcides aqui, nós fizemos uma viagem pela América do Sul inteira para mobilizar a sociedade civil para construir e equalizar o Rios Vivos.

É bom ver você aqui também. Eu espero que você mantenha essa mesma posição de fazer a sociedade civil estar em defesa do Pantanal.

Eu vejo o Lincoln, legal, é de Santo Antônio, minha cidade.

Eu vejo o ex-Governador Dante de Oliveira, muitas vezes estivemos em posições contrárias com relação à condição do Pantanal, com relação à hidrovia. Muitas vezes fui marcada em platéia, ele sabe a minha posição. Mas, legal, nós estivemos juntos no Rio de Janeiro quando estudávamos lá, então, é legal estarmos construindo esta luta aqui.

Vejo a minha irmã, uma Deputada, que está compreendendo hoje a minha luta em função do Pantanal.

Vejo o Deputado, a Deputada. Legal!

Vejo também o Deputado de Mato Grosso do Sul falando das águas de Mato Grosso do Sul, é importante o PMDB falar isso.

Agora, eu quero ver também... Eu vejo o Secretário de Meio Ambiente... O Secretário de Meio Ambiente está me devendo uma, ainda. A única vez que estive na sua sala foi para pedir que houvesse a Conferência Estadual de Meio Ambiente, o senhor está me devendo, era em 2003, nós já estamos em 2005. Quando houve a pré-conferência aqui, eu estive na sua sala, o Governador garantiu e o senhor não aceitou, mas estamos ainda querendo essa conferência.

Aí eu vejo todos os senhores. Olho para a platéia e vejo todas as pessoas que estão há muito tempo lutando em defesa do Pantanal!

A minha pergunta é se nós... A minha luta independe dos partidos. Tenho a minha irmã que é do PFL. Já estive no momento em que o ex-Governador Dante de Oliveira pediu apoio para a sociedade civil, para que nós defendêssemos o Programa Pantanal, a federalização, para que ficasse o Programa Pantanal no IBAMA, e fizemos isso em defesa do Pantanal. Nos momentos em que Mato Grosso pediu, nós estivemos juntos, mas também estivemos em posições diferentes.

Eu vejo assim, também, que nós...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Doutora, eu vou limitar o tempo...

A SR^a CAROLINA JOANA DA SILVA NOGUEIRA - Eu vou falar rapidinho agora.

Então, vejo que nessa defesa nós temos que perguntar o quanto essa dívida vai comprometer as nossas posições, o quanto nós estamos querendo isso. Nós também temos que perguntar o quanto o Governo Lula vai poder garantir, se tirando essa dívida externa do banco, se

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

nós vamos poder ter esse recurso. Eu vejo legítimo este momento, esta mobilização de irmos a Brasília pedir essa reivindicação.

Eu quero também dizer, em nome da sociedade civil, FORMAD, o fórum de ONGs pediu para avisar os senhores de que o fórum estará fazendo uma audiência pública com a sociedade civil para que o Governo venha a Mato Grosso explicar todas as desvantagens e vantagens que têm esse momento político.

Eu vou concluir, Deputado, e quero concluir pedindo, também, quando nos colocamos em defesa do Pantanal, é uma defesa de recursos econômicos que vem para a conservação do Pantanal. Legítima, legal.

Agora, eu também quero que os mato-grossenses, quando vamos discutir a hidrovia que vai acabar com o Pantanal, secar o Pantanal, todo mundo tem esse mesmo apoio, que nós estejamos aqui claramente, os políticos, todos podendo avaliar essa condição, porque eu vejo que essa é a defesa do Pantanal. Porque adianta para nós estarmos defendendo o Pantanal para trazer recursos, agora, nós também temos que dar condição para o Pantanal continuar vivo.

Eu quero dizer também que no dia 02 de junho será lançado em Mato Grosso o Programa de Educação Ambiental solicitado do Programa Pantanal para toda a Bacia do Alto Paraguai. E esse programa, nós podemos nesse momento estar rediscutindo isso aqui. E acho que nós devemos fortalecer essa condição para que o Governo realmente banque essa posição para o Pantanal. Eu vejo legítimo de todos nós, que o Mato Grosso, que o Pantanal tenha a mesma condição que é conferida à Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Eu quero convidar a senhora para dar uma entrevista na TV Assembleia a respeito do lançamento dessa campanha. Depois a senhora acerta com os nossos assessores, porque é muito importante para o Estado.

A SR^a CAROLINA JOANA DA SILVA NOGUEIRA - Está legal. Esse Programa de Educação Ambiental vem a ser um programa que vai atingir todos os municípios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Então, eu acho que é o momento em que realmente o Programa do Pantanal pode vir a ser discutido com toda a sociedade e aí definirmos o que queremos para o Pantanal. Grata, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Vamos ouvir o Dr. Francisco Machado, da Universidade Federal de Mato Grosso.

Agradecemos a honrosa presença do Dr. Gabriel Müller, Ex-Presidente da FUNDEPAN, Ex-Governador do Rotary Clube, que está conosco aqui.

O SR. FRANCISCO MACHADO - Bom-dia a todos.

Por uma questão de justiça, porque muitas falas ocupam tempo usando desnecessariamente como uma pessoa que publica informações, gostaria de garantir pelo menos uns quatro minutos para ter serenidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Está garantido.

O SR. FRANCISCO MACHADO - Eu tenho acompanhado, até porque meu pai nasceu na barranca do rio, em Barranco Alto, como se diz, e costume dizer que a minha primeira mamadeira foi de caldo de peixe, porque eu mamei com muita felicidade até aos cinco anos de idade com os recursos advindos do pantanal.

Eu acho que esta Casa tem uma responsabilidade muito grande e que não tem cumprido de modo adequado essa responsabilidade, principalmente aprovando projetos que vão ao encontro às questões ambientais e à dita sustentabilidade.

E, dessa forma, perceber - como a Carolina, publicando informações, como a Cátia aqui presente - que uma coisa é a manutenção do Programa Pantanal que não se discute. A única matriz correta apresentada foi apresentada pelo Hugo. Eu falo isso com sossego porque estive lá

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

auxiliando a fazer isso e não estou ligado a Partido nenhum. Mas também há muita coisa errada nessa matriz, porque o dólar daquela época, para chegar a esses valores equivocados de 1.7, comparado ao dólar que está hoje... Então, todos puxam brasa para sua sardinha de forma equivocada e nós perdemos em dinheiro, perdemos em ação, um monte de coisas que são equivocadas. Muitas atitudes, soluções baratas, por pura ignorância, como, por exemplo, dez anos soltando híbridos de pacu no Pantanal por algumas pessoas, recentemente outras pessoas têm feito isso, inclusive Deputados, é bom que se coloque que tudo isso é carga negativa para o Pantanal.

A construção de Manso. Quando a própria ELETRONORTE não quis mais construir chamaram FURNAS. Está aí, toda água nobre das cabeceiras do alto do Manso está sendo coletada com a perspectiva de que no futuro a teríamos, mas com a ocupação desordenada, sem nenhum saneamento adequado, essa água vai apodrecer e toda essa água suposta para o futuro não se terá mais, se poluirá o rio Cuiabá e, conseqüentemente, o Pantanal. Tantas coisas, como a Carolina bem disse.

A hidrovía, então, há de se ter responsabilidade não só de procurar esses recursos, mas de mantê-los com atitudes, com ações necessárias, porque o conhecimento está aí. E aí a Universidade precisa fazer mea-culpa também e disponibilizar essas informações. O Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental tem tantas informações sobre a qualidade da água, notadamente do rio Cuiabá, que podem ser disponibilizadas. O Instituto de Biociência tem tantas informações à cerca da flora, da fauna e de tantas outras coisas sobre ecologia que podem ser disponibilizadas. E muitas vezes nós vimos falar em tantas outras, da socioeconomia, de tantas outras áreas dentro da Universidade e isso não é utilizado.

Então, eu só quero concluir a minha fala dizendo o seguinte aos Senhores: É necessário sim que tenhamos esse financiamento, colocados adequadamente os recursos ao feitiço do que está proposto nessa nova modelagem. Minimamente, disponibilizar, mas, fundamentalmente, temos que olhar, porque tudo, com a matriz econômica que está, vem exatamente na contramão daquilo que se quer. E não é só para o Pantanal, mas para todo o Estado de Mato Grosso, notadamente a Amazônia Meridional, com essa deslavada derrubada de floresta para o plantio de soja, que precisa ser revista urgentemente. Não sei até que ponto mato-grossenses e brasileiros usufruem disso, a não ser meia dúzia de pessoas (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradecemos a participação do Professor Francisco Machado, da Universidade Federal de Mato Grosso.

Informamos que a Assembléia Legislativa está aberta para ouvir a comunidade científica a respeito desses temas e conclamamos a colaboração do eminente professor nos assuntos que estão sendo debatidos aqui.

Convido para fazer uso da palavra o Professor Rubem Mauro de Moura, da Universidade Federal de Mato Grosso.

O SR. RUBEM MAURO DE MOURA - Boa dia.

Quero cumprimentar e parabenizar o Deputado Humberto Bosaipo por este encontro e cumprimentar a todos.

Deputado Ságuas, o senhor, como médico, sabe muito bem que o saneamento é a medicina preventiva mais eficaz e eficiente que existe.

Todos nós sabemos que a falta de saneamento ou o saneamento mal resolvido causa problemas ambientais como esses que temos aqui no Pantanal de Mato Grosso.

Nós, da área de saneamento, sabemos, quantificamos e orçamos que para reverter esse quadro que hoje existe, precisamos investir em algo em torno de 9 bilhões de reais por ano, durante 20 anos, para que possamos melhorar ou recuperar isso que está aí.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Nesses dois últimos anos nós tivemos, em 2003, a aplicação de 800 milhões de reais, pelo Governo federal, e em 2004 algo em torno de um bilhão e trezentos mil reais. Portanto, muito aquém das nossas necessidades. E o Governo federal já disse que não tem recurso para aplicar em saneamento.

Eu acho temerário deixar passar um recurso como esse. Não que ele seja a fundo perdido, mas os municípios, não só os de Mato Grosso, como os do Brasil inteiro, 95% deles, ou mais, não têm condições de pleitear recursos financeiros para o saneamento. Portanto, é obrigação e é dever do Governo federal trabalhar nesse sentido, para poder reverter esse quadro que está aqui.

Em relação ao rio Cuiabá, o professor Luiz Airton - acho que ele está presente aqui -, em 1992, fez um estudo e mostrou que na situação mais crítica, questão de oxigênio dissolvido, o rio estava em 7,8%. Ele começava lá nas cachoeiras aqui acima do rio Cuiabá, em torno de 8,2%; e estava em 7,8%. Situação excelente!

A professora Eliana, que é Presidente da SANECAP, que está aqui presente, na sua pesquisa agora, recente, encontrou uma situação mais desfavorável: 6,2 miligramas por litro, na Ponte J. K. Isso em vinte anos. Em mais vinte anos de desrespeito com o rio, como está acontecendo, com certeza, vamos levá-lo a morte.

Portanto, é inadmissível imaginarmos que esses recursos não venham ser aplicados em saneamento. Muito obrigado. (PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Vamos ouvir o Sr. Pardal, da ADERCO. É uma ONG.

O SR. PARDAL - Temos escutando muito falar aqui em desinformação.

Acho, também, que além das desinformações, é necessário saber interpretar informações. Isso é essencial para nós.

Em primeiro lugar, falou-se no Programa Pantanal, em financiamento externo, em financiamento próprio, falou-se em orçamento, mas, na verdade, o Programa Pantanal fala de recursos públicos, nossos recursos, de cada um de nós, cidadãos, que contribuimos para com o orçamento da União.

E isso é a chave da discussão desse programa.

Esse programa, há dez anos, vem discutindo recursos públicos e como a sociedade quer que recursos públicos sejam aplicados em programas de desenvolvimento. Sim, senhores, essa é a grande verdade.

E quando a sociedade começou a discutir isso com os técnicos: onde aplicar esses recursos públicos, essa coisa travou. Travou no programa do PDT, PSDB, e travou no programa do PT. Há dois anos isso está se travado. Recursos públicos discutidos pela sociedade civil de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Fala-se também - olhem o que é interpretar informações - que o Ministério do Meio Ambiente não tem orçamento para receber o Programa Pantanal. Não entendo isso, gente! Não consigo entender como que um financiamento, um recurso público não pode ser disponibilizado por um Ministério, porque ele não tem orçamento. Tem ou não tem esse recurso? E como é que se interpreta uma informação dessa? Fez-se o financiamento, mas o Ministério não tem orçamento. Tudo bem! Como é que vamos resolver isso? Vamos diluir isso em quatro Ministérios: o Ministério das Cidades, o Ministério da Integração, o Ministério da Saúde e o Ministério da Saúde - FUNASA. Por que? Porque a sociedade civil quer esses recursos aplicados definitivamente nesses programas. Isso foi discutido há um ano. Esses recursos não foram, de novo, para esses Ministérios.

E, agora há pouco, o nobre Deputado nos disse que não há como garantir que esses recursos sejam, definitivamente, alocados nesses Ministérios. A grande verdade é que, quando a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

sociedade discute, quer a aplicação verdadeira dos recursos públicos. Não há interesse até agora de nenhum governante. Nenhum governante está interessado nisso.

Falou-se também que o programa visava capacitar os técnicos dos órgãos, para que pudessem executar alguns programas, como manejo de unidade de conservação, a exemplo de Chapada dos Guimarães e da Serra da Bodoquena que estamos participando. Mas, hoje, nos jornais da Capital, está um edital da FEMA lançando concorrência pública para que uma empresa faça o plano de manejo da Lagoa Azul com os recursos do Programa Pantanal.

Então, essa confusão de ter ou não ter orçamento, ter recurso público ou não ter recurso público, para nós da sociedade civil, é inadmissível! Aqui não tem financiamento, aqui não tem orçamento, bulhufas nenhuma! Aqui tem recursos públicos há dez anos sendo discutidos pela sociedade civil. E a isso tem que ser dado um basta final. E sempre tem que fazer essa mobilização, para que no dia 05 não venha essa declaração para nós, ou para que em novembro não venha a declaração para nós de que os Ministérios não podem receber o raio do orçamento ou o raio do financiamento ou o raio do adiantamento dos recursos públicos que deveriam ser aplicados condizentemente. O que a sociedade civil quer é continuar sempre sendo parceira de qualquer governo, e se chamada vai dizer: “Queremos para isso, para isso, para isso e para isso, para o Pantanal fazer isso e fazer isso.” Como o Professor Chico chegou aqui, como a Carolina chegou aqui e como sempre, nos últimos vinte anos, temos feito rigorosamente com o POLONOROESTE, PRODEAGRO e agora queremos também que, definitivamente, essa brincadeira do Programa Pantanal seja resolvida.

O POLONOROESTE tinha duzentos milhões. Não teve problema de orçamento para nenhum Ministério! O PRODEAGRO teve mais duzentos milhões, aí não teve problema de orçamento para nenhum Ministério! Por que raios agora está tendo isso? Essa é a resposta que a sociedade quer (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradecemos o Pardal.

Com a palavra, a Professora Kátia Nunes da Cunha, da Universidade Federal de Mato Grosso. Quem mais? Tem quatro pessoas inscritas, daí vamos encerrar.

A SR^a KÁTIA NUNES DA CUNHA - Bom-dia a todos!

Em primeiro lugar, quero parabenizar o Deputado Humberto Bosaipo por esta iniciativa.

Eu acho que hoje nós já avançamos bastante. Então, num papel de síntese, eu acho que aqui já foi colocado, mais ou menos, todos os interesses e todas as preocupações.

Eu acho que também estamos aqui com representantes, nossos representantes eleitos por nós, independente dos partidos políticos, porque eu olho pelas pessoas, estou acima de partido. Eu acho que são pessoas que estão bem preparadas, são pessoas maduras politicamente, que eu considero pessoas de alto nível. Então, que podem levar junto com esses representantes que tem essas outras preocupações, que devem assessorá-los. Eu acredito na Celcita, que tem a Carolina assessorando-a, não acredito que ela aceitaria um juro exorbitante, não acredito que ela aceitaria uma situação ilegal para o nosso Estado e para o nosso país, como os outros Deputados que têm esse conhecimento muito claro, essa visão clara.

Então, eu gostaria aqui de colocar, neste momento, duas coisas. Primeiro, o que precisar, nós temos um núcleo de estudos ecológicos do Pantanal, nós temos um renome internacional, prestamos assessoria em países, a África, por exemplo. Nós estamos aqui, temos uma experiência de muito tempo sobre o Pantanal. Lembramos também que a Universidade Federal, hoje, lidera, está dirigindo uma OSCIP que representa todas as organizações que se preocupam com ciência e qualidade de vida do homem pantaneiro que é o Centro de Pesquisa do Pantanal que reúne

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

representantes do Governo do Estado de Mato Grosso e Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Foi a forma que enxergamos para trabalhar o Pantanal na sua totalidade.

Isso a Universidade hoje lidera. Coloco isso também à disposição dessa comissão, para que juntos cheguemos a essa busca, que hoje é uma busca política, é uma posição política que tem que ser do Estado, por isso eu acho muito importante, porque isso demonstra que a Assembléia está olhando certo, está presente, e foi para isso que nós elegemos esta Casa, esse é o papel. E a comunidade científica e os representantes da população estão aqui neste momento unidos para justamente reforçar este pedido.

Então, também como pantaneira, do Porto da Conceição, preocupo-me com todas as questões e mais ainda com as relativas ao Pantanal. Quando vocês verem o documento que foi publicado há cinco anos pela UNICAMP sobre a qualidade de vida do Brasil, o Pantanal só perde para o Nordeste. Então, em vez de ser vermelho, nós somos laranja, uma cor somente atrás. Então, isso daí seja qual for a posição nos coloca numa posição extremamente delicada.

Então, isso é uma decisão política que tem que ter para o Estado. O Pantanal merece essa atenção, não só pelas questões ambientais, porque ele é frágil e depende de uma situação extremamente importante que é a água, por isso o projeto deu prioridade à água e aos recursos pesqueiros, porque vêm junto com água, além disso, eles são grátis, você pega o peixe, você não promove toda essa questão, então, isso é importante.

Então, eu quero colocar aqui a Universidade Federal e todo o grupo de pesquisadores para ajudarem a construir essa busca por essa questão referente à ida a Brasília, o que os Deputados sentirem necessário. Muito agradecida (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Agradecemos a professora Kátia. Vamos ouvir agora a Dr^a Eliana Rondon da SANECAP.

A SR^a ELIANA RONDON - Bom-dia a todos!

Novamente estou aqui nesta Casa já estive em outra audiência pública, estive anteriormente como professora da Universidade Federal de Mato Grosso que sou.

É como eu disse: estou Presidente da SANECAP e sou professora e pesquisadora da Universidade. Dentro dessa premissa, não existe como olhar o rio Cuiabá diferente. Na minha tese de doutorado, trabalhei exatamente o impacto da urbanização na qualidade da água do rio Cuiabá. E o esgoto é fator preponderante de degradação da qualidade. Todos nós aqui temos esses dados. Se não forem científicos, divulgados, temos os nossos olhares de cidadão. Quando olhamos para os córregos urbanos o que vemos ali são os esgotos.

Nesse grande desafio da minha vida eu assumi a SANECAP nessa situação colocada pelo Prefeito, em condições tristes de saneamento. E alguns esclarecimentos eu tenho que fazer.

Foi colocado que não existe água no Pedra 90. Isso não é verdade. Tanto é que gastamos mensalmente R\$45.000,00 em energia para a água chegar ao Pedra 90. O que acontece lá? Acontece que nós temos sistema de poços que não atendem na totalidade a situação e a necessidade da população daquele local. Há também água que vai do rio Coxipó, através de uma adutora que chega até lá. Então, a água chega. Mas o que acontece? Nas instalações intradomiciliares, há falta de reservatório, a falta de controle é muito grande. Então, há uma parcela que, como na nossa casa, em um primeiro momento que acorda tem que tomar a decisão se vai usar a água para escovar os dentes em maior ou menor quantidade. Todos nós fazemos isso, temos uma decisão diante disso.

Então, nós precisamos racionalizar. No primeiro momento que assumimos a diretoria o que percebemos? Que existe uma grande quantidade de poços, mais de cem unidades, que, no período em que mais precisamos, o nível da água é baixo e a qualidade não é boa, apesar de estar dentro dos limites aceitáveis. Então, é uma ação. O que fizemos? Projetamos um sistema,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

ampliação do sistema da ETA. Para quê? Desativar esses poços e melhorar o atendimento. Conseguimos o recurso? Ainda não. Custa quinze milhões para executarmos essa ETA. Enfim... Mas o que acontece? O pessoal não paga? Não paga. Isso são números, constatação, não é o que achamos, mas números que mostram. E aquilo que eu não pago, eu não cuido. Isso é uma realidade que acho que nós podemos continuar.

Mas, só para esclarecer a questão do esgoto, 22% tratado, efetivamente tratado. É um número bom? Não é um número bom. E, como técnica, não como política, porque eu defendo a bandeira, a política de saneamento, precisamos sim de investimento no esgoto de Cuiabá, assim como Várzea Grande, porque o rio é um só. Não tem jeito. Então, isso também é uma realidade.

Mais um esclarecimento também. A questão dos dados de qualidade de água. Ao logo de todos esses anos de trabalho de pesquisa, o nosso grupo de trabalho de pesquisa da UFMT disponibilizou, através do site www.geohidro.ufmt.br, tudo o que levantamos internamente, o que a FEMA tinha, o que Furna disponibilizava. Não é um banco completo, mas já é alguma coisa e, sempre que tenho oportunidade, coloco isso. Quem entra na página da Universidade também pode acessar.

Por último, a questão dos números realmente causa grande confusão, porque no primeiro momento em que assumimos a Companhia de Saneamento, ligamos para o Secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, correndo atrás do BID Pantanal.

Ele nos colocou: “Eliana, não tem como. Eu fui a Brasília, conversamos com o ex-Deputado Gilney Viana e o que ele nos reportou foi que o Ministério não tem orçamento para abrigar tal programa”.

E quando vejo o número de 75 milhões, eu quero dizer, pelo amor de Deus, como é que faz para acessar isso, porque nós estamos desesperados, por Cuiabá, pelo saneamento. Então, me coloco aqui, com toda tranquilidade de que estamos na companhia numa situação difícil. Não tenho poupado, em nenhum momento, de colocar essa situação. Então, se existe tal disponibilidade, precisamos acessar, mas não foi o que nos fora apresentado anteriormente.

Então, eu gostaria de trabalhar com números, ou com recursos possíveis para resolver o problema de saneamento, que é para todos nós de Cuiabá, Várzea Grande, do Pantanal, um recurso que precisa acontecer. Nós precisamos ir atrás desse recurso.

E a Companhia tem feito inúmeros esforços para mudar esse cenário que foi colocado pelo Prefeito, trabalhando com as lideranças no sentido de reduzir o desperdício. Enfim, em uma outra oportunidade, sempre me coloco à disposição para estar aqui colocando a realidade para vocês porque, sozinhos, nós não vamos conseguir mudar esse quadro que está posto aí. Muito obrigada. (PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos a participação da Eliana Rondon.

Convidamos o engenheiro Arinaldo de Oliveira, do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

O SR. ARINALDO DE OLIVEIRA - Antes de tudo, quero agradecer ao Deputado Humberto Bosaipo pelo convite ao Departamento de Água e Esgoto.

Nós estamos aqui representando o nosso Prefeito Murilo Domingos e o advogado Carlos Gomes, Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

Eu sou engenheiro sanitaria. E a ex-professora nossa acabou de falar, por sinal, muito competente.

Antes de tudo, como todos disseram, eu nasci do lado de lá do rio. Eu sou várzea-grandense. E, até então, Várzea Grande não participava do recurso. Nosso antigo Diretor João Bastos Pinho Filho, Jango, amigo do nosso ex-Governador Dante de Oliveira, numa conversa de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

esquina na padaria, ele falou: “Não! Várzea Grande precisa, sim, de investimento na área de saneamento básico.”

E aí teve uma reunião e conseguiu-se colocar Várzea Grande junto do programa. Essa história vem, como todos já viram, desde 1998. Corremos atrás. Fizemos um diagnóstico de estudo para o esgotamento sanitário de Várzea Grande. Trouxe em mãos. Entramos também com o pedido para o aterro sanitário. Até solicitei uma pergunta ao amigo Inácio e ele reafirmou que ainda estamos dentro, e vamos correr atrás.

O que eu venho dizer é o seguinte:

Várzea Grande, hoje, tem aproximadamente 55 mil ligações de água e apenas 10% de ligação de esgoto. Nós não temos esgoto. Várzea Grande, hoje, tem duas estações de tratamento de água, uma ETA velha e uma ETA nova. Várzea Grande, hoje, tem alguns bairros que possuem o sistema de esgoto inoperante, sem condições de tratar o esgoto. Há disposições inadequadas? Sim! Sem o mínimo de controle ambiental.

Várzea Grande inaugurou no ano de 2002 a primeira estação de tratamento de esgoto, na região da CONSTRUMAT, onde ali foi mencionado para atender 5 mil ligações, aproximadamente 25 mil pessoas.

Então, Deputado Humberto Bosaipo, nós precisamos realmente desse recurso e eu acho que a bancada dos Deputados estaduais e federais têm que brigar e isso tem que vir, não só para Cuiabá como para Várzea Grande.

Eu quero deixar uma coisa clara, que foi citada anteriormente, de que muitas pessoas que participaram desse recurso não são pessoas que fazem parte do quadro de profissionais, quer seja da FEMA, da Prefeitura de Cuiabá, da Prefeitura de Várzea Grande. Que seja criada uma comissão, que essas pessoas sejam concursadas, porque essa história vem de 1998 e nós estamos no ano de 2005. Alguns passaram e disseram que fizeram, mas o resultado aqui nós estamos vendo e por sinal quase que nada.

Então, se realmente as pessoas investirem, darem esse pontapé inicial e fazer com que nós não percamos esse contrato, acho que é muito importante. Eu como várzea-grandense quero que a minha cidade tenha investimento e espero que não tenha contaminação, até porque nós estamos buscando, correndo atrás e não estamos conseguindo: “Ah! Vem o BID Pantanal”, como a Sr^a Eliana falou. Você vai ao Ministério: “Não tem”. Vai para outro: “Não tem dinheiro”. Quer dizer, nós estamos sem investimento na área de saneamento básico mesmo. E Várzea Grande precisa, porque como a Sr^a Eliana disse, nós também contribuimos com a Bacia do rio Cuiabá. Os nossos esgotos estão sendo despejados nos córregos e os córregos estão contaminados. E aí, como é que ficamos? De onde é que nós fazemos a captação da nossa água? Do rio Cuiabá. Tanto a Capital Cuiabá quanto Várzea Grande e outras cidades, Santo Antônio do Leverger, etc.

Então, eu acho que o empenho é válido como profissionais e como Deputados, porque acho que todos têm que brigar e defender essa bandeira que é nossa. Nós precisamos!

Em nome da minha cidade, dos munícipes, eu agradeço e espero que sejamos contemplados e não percamos esse dinheiro que é muito valioso para nós. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradecemos a sua participação.

Com a palavra, o Sr. Paulo Modesto Filho.

O SR. PAULO MODESTO FILHO - Bom-dia a todos!

Eu tenho algumas questões que eu gostaria de começar com aspecto conceitual.

Somente alguns animais sociais como a formiga têm o comportamento análogo ao do homem. Quer dizer, na área de um formigueiro, o processo é contínuo em atividade intensa no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

processamento, na produção, no consumo e, principalmente, na geração de sub-produtos indesejáveis que, via de regra, não retornam ao meio de origem.

Acontece que o formigueiro, essa unidirecionalidade do formigueiro determina uma condição inexorável. Quer dizer, a colônia tem um tempo limitado de vida.

É interessante que nós reflitamos um pouco sobre essas questões. Se nós olharmos, o Deputado Nataniel de Jesus comentou a questão do Vale do Éden, se nós refletirmos um pouco sobre a questão do Gideão, do Pisom, do Eufrates, do Tigre... Quer dizer, o Velho Testamento mostra que aquelas regiões eram vales verdejantes.

Se nós formos nos sertões, nós vamos ver que a paisagem que Euclides da Cunha escreveu não era essa que nós conhecemos hoje. No nosso Estado não é diferente. Os sistemáticos impactos ambientais decorrentes das intervenções na natureza, essa exploração desordenada que nós temos tem propiciado o incontestável impacto irrevogável e, dificilmente, reversível. E que não tem sido fator condicionante da economia.

Então, é necessário que nós repensemos essa questão do desenvolvimento. Quer dizer, esse desenvolvimento que leva o nosso Estado a ser considerado como celeiro inesgotável, é problemático!

Segundo a Deputada Federal Celcita Pinheiro - eu até tomei nota do que ela disse aqui -, “nós, adultos, não temos concerto”. Deputada, temos que ser mais otimistas... (RISOS)

Há poucos dias eu escutei num veículo de comunicação uma entrevista em que o nosso Governador dizia que se fosse possível e se fosse preciso optar entre fazer uma casa e derrubar uma árvore, ele derrubaria uma árvore. E, eu fico pensando, meu Deus, não seria melhor fazer a casa à sombra da árvore. Quer dizer é preciso repensar essas coisas.

Então, eu fecho com essa questão da importância desse financiamento. O que me preocupa aqui é uma política estadual de Meio Ambiente. Nós devemos discutir essas questões também. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPÓ) - Agradecemos a participação do Professor Paulo Modesto Filho e passamos a palavra para Júlio César Pedroso.

O SR. JÚLIO CÉSAR PEDROSO - A todos bom dia, agradeço à Mesa e ao Deputado Humberto Bosaipo.

Não pertenço a nenhuma ONG, no caso, sou apenas um cidadão como todos vocês aqui e um pequeno empresário que vem aqui hoje falar com vocês da seguinte questão: vocês querem que o BID Pantanal continue. Aí questiono um ponto, principalmente de valor: uns alegam a questão que é dos juros; outros, no caso, a questão dos investimentos, ou a falta deles. O que nós vemos, hoje, aqui, é que ele veio, passou por longo período, e alegam que nada fizemos. Será?

No caso, eu tenho uma empresa... E comecei com uma pequena pesquisa da qual a responsável foi uma professora da UFMT. A pesquisa era apenas para trabalhar com estudantes na área da educação ambiental, mas resolvi, no caso, com recursos próprios, tomar a frente e trabalhar a questão não só dos estudantes, mas a questão social e empresarial também. Fui até as empresas, fui até as residências. Verifiquei a questão de que todo mundo menos falou, que são os resíduos, porque sem os resíduos não há poluição. Os resíduos nada mais são do que a matéria prima fora do lugar. E se nós não trabalharmos essa questão - a questão dos resíduos que são jogados, que a cada enchente vêm e voltam a tona, que são trazidos do rio Cuiabá para cá na nossa cidade, também na cidade de Várzea Grande, até mesmo na de Santo Antônio do Leverger -, não teremos uma situação ecologicamente correta, porque o Pantanal continuará sendo poluído se não trabalharmos a sociedade em si.

Só que a sociedade em si trabalha. Eu estava lá presente. Fiz, vi e passei o projeto para frente. Por quê? Eu sou um simples contabilista, mas eu tomei frente e fui lá. Porque se eu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

esperar a questão dos bancos internacionais, de políticos nacionais e internacionais falarem sobre o assunto, nós não vamos fazer nada. Se nós ficarmos, por exemplo, como nós estamos, sentados, sem fazer nada, apenas discutindo, essa situação se arrastará por anos, quinquênios, décadas, mandatos. E muitos, e muitos, entrarão e apenas continuarão discutindo. Porém, terá uma diferença. O que nós falamos hoje aqui continuará apenas como palavras ditas. Entretanto, as reações que o meio ambiente sofrerá daqui para frente nós vamos verificar, porque tudo se altera. A vida altera. Se nós não queremos que a vida altere, nós vamos ter que começar a modificar agora.

Todos os recursos possíveis junto aos meios eu busquei e não consegui. Junto à FEMA, ao IBAMA, ao Governo, até mesmo à Prefeitura Municipal. Todos alegaram, como outros já disseram, não ter recurso. E se hoje eu vim aqui apenas para verificar essas planilhas de custo, porque são planilhas com valores muito elevados, que muitas ONGs, muitas empresas, eu tenho certeza, não só o Governo, estariam auxiliando não só para proteger o Pantanal, mas a sociedade em geral.

A todos, meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - A Deputada indaga sobre o seu Projeto. Depois você poderá nos passar para ganharmos tempo?

O SR. JÚLIO CÉSAR PEDROSO - Sim.

Para encerrar, eu iria passar a palavra ao Deputado Waldir, mas ele nos pediu e concordamos, então, nós vamos passar a palavra ao Sr. Alcides Farias, para que ele faça o fechamento e eu vou ler o documento final, assinado na Audiência Pública, após a sua fala.

O SR. ALCIDES FARIAS - Agradeço ao Deputado.

Conversamos ali sobre a necessidade de fazer alguns esclarecimentos rapidamente.

Primeiro, o programa teve a participação da sociedade civil. O ex-Governador Dante lembra que não tinha no desenho inicial a presença das comunidades indígenas. Foi apresentada essa demanda e chegou-se a 10 milhões de dólares para as comunidades indígenas. Isso é uma demanda dos índios e da sociedade.

A questão do fundo perdido. Ele é, sim, a fundo perdido para o Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nós não temos que reembolsar esse dinheiro. Agora, é uma dívida do país? É uma dívida do país. Agora, o país tem uma dívida com Mato Grosso e com Mato Grosso do Sul.

O companheiro aqui de Várzea Grande acabou de dizer: “Olha, nós conversávamos sobre recurso para Várzea Grande e diziam que viria do Programa Pantanal, que não chegou”.

Então, nós temos uma dívida a receber da União por esses 10 anos de construção do programa. Então, deve ser encarado com relação a essa forma.

Uma outra questão apresentada pelo representante do Governo aqui foi com relação aos juros. Se o Governo está oferecendo para investidores internacionais 18%, 20% ao ano, é um grande negócio 6%, você internalizar recursos a 6%. E eu não sei bem que matemática é essa, porque o Banco Interamericano de Desenvolvimento empresta dinheiro para o BNDS, que é um banco estatal. Então, deve ter alguma mágica, que eu não conheço, nessa equação econômica.

Outra coisa também...

O Sr. Dante Martins de Oliveira (FORA DO MICROFONE) - O Brasil faz parte do BID, é parte integrante do BID.

O SR. ALCIDES FARIAS - Esse era o último aspecto que eu queria abordar.

Nós temos que perceber que esse dinheiro está vindo de um banco dos governos. O BID não é um banco comercial. Tem pecados? Tem. Agora ele é um banco que é formado pelos Governos da América Latina. O segundo maior investidor, aliás, sócio é o Brasil. Então, é um banco

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

do Brasil, tanto é que o Brasil foi quem indicou o João Saiad, que era Secretário da Marta Suplicy em São Paulo, para a Vice-Presidência do banco e quer que ele se torne o Presidente do banco. Ele não é um banco comercial. Ele é um banco dos países, que inclusive agora está se discutindo se vai entrar a China, ou não, como sócia do banco.

Então, é necessário, eu sei que a dívida brasileira é uma coisa que pesa quando se debate, mas é fundamental que nessa discussão com relação ao Programa Pantanal haja uma descontaminação ideológica. Acho que precisamos discutir muito tecnicamente, discutir politicamente quais são os caminhos, mas que tenhamos muito cuidado e não mesclamos, e não misturemos outros elementos que possam comprometer a execução de um programa que tem aspectos extremamente positivos, como todos aqui, e tem grandes expectativas em relação a ele, como nós podemos ver aqui em relação a várias intervenções que foram feitas.

Meus parabéns aos Deputados por esta iniciativa. Eu creio que temos um bom caminho. Abriram-se novas portas nesse debate para construção do desenvolvimento sustentável no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai. Eu quero dizer para vocês que esse programa deveria ser encarado não como uma dívida no Brasil, mas como investimento que vai dar retorno (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu quero aqui ler o documento final da Audiência Pública do Programa Pantanal.

Tendo em vista a importância do Programa Pantanal, tanto para Mato Grosso como para Mato Grosso do Sul, para o desenvolvimento econômico e a conservação dos municípios da Bacia do Alto Paraguai, a qual contém o maior santuário ecológico do mundo, o Pantanal, e a ameaça eminente do cancelamento deste programa, fica decidido nesta plenária o seguinte:

1 - o agendamento imediato de uma audiência com o Exmº Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a Exmª Srª Ministra do Meio Ambiente, Marina da Silva;

2 - essa audiência será realizada em conjunto com as bancadas estaduais, federais, governadores, secretários, prefeitos e a sociedade civil organizada nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

3 - também será agendada uma reunião com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID;

4 - informar e mobilizar toda sociedade civil dos dois estados e também do país na defesa do desenvolvimento do programa;

5 - nomear uma comissão, onde os participantes dessa audiência pública para elaboração da carta de Cuiabá em defesa da manutenção do programa.

Nós vamos, diante da plenária, fazer alguns convites particulares.

Quero agradecer a presença das autoridades...

O SR. DANTE MARTINS DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, posso sugerir no item 1?

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Pode.

O SR. DANTE MARTINS DE OLIVEIRA - Eu acho que só para ficar mais amarrado entre nós, porque quando se fala em agendamento imediato com o Presidente Lula e com a Ministra Marina, já vamos nomear os coordenadores da Bancadas Federais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para agendarem para nós.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Como a Deputada Celcita Pinheiro antecipou, na sua fala, ela e a Deputada Teté Bezerra, que estiveram aqui representando a Câmara Federal, são as coordenadoras desse agendamento.

O SR. DANTE MARTINS DE OLIVEIRA - Quero agradecer ao Deputado Waldir Neves, que esteve aqui, do Mato Grosso do Sul, Presidente da Comissão do Meio Ambiente; ao

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA BID PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2005, ÀS 09:00 HORAS.

Deputado Sérgio Ricardo, Presidente da Comissão de Meio Ambiente que está fazendo o programa dele neste momento. Ele não está aqui por esse motivo.

Agradeço a presença do Secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, ex-Deputado, colega e amigo, Moacir Pires; Sr. Yênes Magalhães, Secretário de Planejamento; Sr. Hugo, do IBAMA; os Prefeitos aqui presentes, de Poconé, de Barão de Melgaço, de Cuiabá, Vice-Prefeito de Santo Antônio de Leverger; professores da Universidade Federal, que tem contribuído muito com esta Casa nas discussões de temas importantes, tem nos orientado aqui nas discussões de projetos; Deputados Estaduais e todos os senhores e senhoras, ressaltando a presença da UNEMAT. Muito obrigado (PALMAS).

Está encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão.